

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Sociedade, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

## 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A atividade econômica global iniciou recuperação ao longo de 2010. Entretanto, esta recuperação não ocorreu de maneira uniforme, dado que economias em desenvolvimento apresentaram taxas de crescimento bem maiores do que as economias desenvolvidas. Neste contexto, o Brasil destacou-se principalmente pelo dinamismo da demanda interna. Os brasileiros ascenderam para classes superiores de consumo e renda, e a classe C passou a responder por cerca de 103 milhões de brasileiros em 2010, frente a 95 milhões no ano de 2009, em detrimento das classes D e E. Esta ascensão da classe C permitiu um maior consumo de telecomunicações por parte das famílias brasileiras. Os grandes esforços de melhorias de qualidade e um reposicionamento comercial somados a um ambiente econômico favorável fizeram de 2010 um importante ano para a Companhia, marcado por grandes avanços e conquistas.

Com o constante foco na qualidade dos serviços e na melhoria do relacionamento com o cliente, a Telesp conseguiu reverter a tendência de queda da telefonia fixa, com uma significativa redução do churn. A Companhia foi uma das poucas empresas de telefonia fixa de grande porte que conseguiu aumentar a sua base de linhas, com 39 mil adições líquidas ao longo de 2010. Em banda larga, atingimos a marca de 3,3 milhões de clientes ao final de 2010, registrando um ganho de 680 mil novos acessos, o maior da história da empresa.

Em novos produtos e serviços, o serviço de automação residencial "At Home" completou seu primeiro ano e superou as expectativas de vendas. Está presente em 20% dos lançamentos de imóveis de alto padrão na Grande São Paulo. Além disso, um novo produto foi lançado em 2010, o "OnVide", produto pioneiro no mercado brasileiro que permite ao usuário acesso à informação e entretenimento, com conteúdos online e locadora virtual diretamente da TV.

No segmento corporativo, a Companhia conquistou importantes clientes e atuou como provedora de soluções completas de telecomunicações, com o objetivo de fortalecer seu posicionamento e aumentar a satisfação desses clientes.

Destaca-se também a redução anual do churn de todos os serviços, assim como a melhoria dos índices de qualidade, consequência dos eficazes investimentos realizados pela Companhia.

A expectativa para o Brasil em 2011 é positiva. As perspectivas são de crescimentos similares aos anos anteriores à crise econômica de 2009, concentrados principalmente na classe média. No setor de telecomunicações, além da banda larga e TV por assinatura continuarem como principais alavancas de crescimento, programas sociais de inclusão digital e incentivos a indústria de TI devem ter maior importância neste ano.

Em 2011, a Companhia assume o compromisso de seguir melhorando a qualidade percebida pelo cliente, continuar liderando o mercado de banda larga em São Paulo, avançar expressivamente com a fibra ótica e massificar a TV por assinatura.

Nota-se no mercado a clara tendência de desenvolvimento de ofertas integradas e completas. Diante desse cenário de competitividade, convergência e inovação, a Companhia focará os esforços para capturar o crescimento de mercado através da valorização da telefonia fixa e de propostas convergentes com banda larga e TV por assinatura, proporcionando uma experiência diferenciada ao cliente.

## 2. CONTEXTO ECONÔMICO E DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

## 2.1. Contexto Econômico

A atividade econômica global demonstrou sinais de recuperação no ano de 2010. Os últimos dados disponibilizados pelo Fundo Monetário Internacional apontam para uma taxa de crescimento de 5,0% do PIB mundial no ano passado. Vale ponderar, entretanto, que esse crescimento, ainda que superior à média de 3,6% observada entre 2000 e 2009, foi marcada por fragilidades por conta de pelo menos 3 fatores. Em primeiro lugar, o crescimento da economia mundial não foi uniforme: enquanto economias em desenvolvimento apresentaram taxas de crescimento de 7,1%, economias desenvolvidas, por sua vez, apresentaram taxas de crescimento de 3,0%. Em segundo lugar, essa taxa de crescimento considera uma base de comparação deprimida, qual seja, o PIB mundial do ano de 2009. Por fim, a evolução positiva da economia mundial não dirimiu os riscos derivados das incertezas acerca da sustentabilidade fiscal de determinadas economias desenvolvidas.

Diante dessa fragilidade do crescimento da economia global, os estímulos fiscais e monetários adotados desde o ano de 2009 foram relevantes para favorecer a recuperação da economia brasileira no ano passado. O volume de crédito em relação ao PIB saltou para 46,6%, desde 44,4% em 2009. A produção industrial refletiu este momento favorável e alcançou a maior taxa de crescimento anual observado desde 1991. Como resultado, o Produto Interno Bruto também registrou o maior avanço anual desde 1991, início da série do IBGE.

Cabe mencionar que essa retomada do crescimento econômico no ano de 2010 foi caracterizada pelo dinamismo da demanda interna. No mercado de trabalho, o aumento da população ocupada, de 3,5%, foi superior à taxa de crescimento da população em idade ativa, de 1,3% no mesmo período. Isso propiciou, entre outros fatores, a redução da taxa de desemprego para 6,7%, a menor taxa desde o início da nova série do IBGE, de 2001. Além disso, a renda real da população ocupada aumentou mais de 3,8% ao longo do ano. Essa combinação de aumento do emprego e da renda real propiciou um crescimento da massa real de salários superior a 7,0% no ano de 2010.

Essa evolução positiva do mercado de trabalho foi não apenas quantitativa como também qualitativa: enquanto os empregos sem carteira assinada foram reduzidos em 1,7% ao longo do ano, os empregos com carteira assinada aumentaram em 6,8%. Além disso, a redução da informalidade, a política de fortalecimento do salário mínimo e os programas de transferência de renda favoreceram a ascensão de brasileiros a classes superiores de consumo e renda. De fato, a classe C passou a responder por cerca de 103 milhões de brasileiros no ano de 2010, frente a 95 milhões no ano de 2009, em detrimento das classes D e E. Pesquisas do IBGE indicam que as despesas das famílias com comunicações em geral, e de telefonia fixa em particular, aumentam de acordo com seu nível de renda. Assim, essa emergência de 8 milhões de brasileiros das classes D e E para a classe C em 2010 favoreceu o aumento do mercado consumidor da Telesp ao longo do ano.

Esse contexto de melhora da renda e de sua distribuição também contribuiu para a redução da inadimplência bancária. De fato, ao longo de 2010 este indicador se recuperou dos efeitos negativos da crise iniciada em 2008. A inadimplência bancária superior a 90 dias, de 5,0% na média de 2010, ficou abaixo do nível observado no ano anterior, de 5,5%. A inadimplência de pessoas físicas foi a que apresentou maior redução nessa comparação. Esta alcançou 6,5% na média de 2010, frente a 8,2% no ano anterior. No caso da inadimplência não bancária, por sua vez, a evolução foi diferenciada: de acordo com dados da Serasa, enquanto o percentual de inadimplemento de pessoas jurídicas decaiu mais de 5,0% no ano de 2010, o de pessoas físicas elevou-se em 6,3% no mesmo período.

O Balanço de Pagamentos da economia brasileira não esteve imune a essa superioridade do dinamismo da economia brasileira em relação à economia mundial. No que se refere ao saldo em transações correntes do Brasil com o resto do mundo, em primeiro lugar, o resultado observado no ano de 2010 apresentou deterioração em relação ao do ano anterior. Em virtude da redução do saldo comercial e dos ingressos derivados de serviços e rendas e de transferências unilaterais, o saldo em transações correntes no ano de 2010 foi deficitário em montante equivalente a 2,3% do PIB, frente a 1,5% observado no ano anterior. Os ingressos da conta de capital e financeira, por outro lado, mais uma vez superaram o déficit em transações correntes. Mesmo com esse quadro de excesso de moeda estrangeira no ano de 2010, a trajetória de apreciação da moeda brasileira não teve continuidade. A cotação média de câmbio no ano de 2010 atingiu R\$/US\$ 1,99, paridade equivalente à observada na média do ano anterior.

A trajetória da paridade cambial não contribuiu, portanto, para a contenção da inflação no ano de 2010 como em anos anteriores. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 5,9%, acima do centro da meta perseguida pelo Banco Central do Brasil, de 4,5%. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que além dos preços ao consumidor engloba também os preços no atacado e da construção civil, apresentou avanço ainda maior, de 11,3%. Pelo menos 2 fatores contribuíram para esse aumento da inflação. Primeiramente, os preços internacionais de diferentes commodities mostraram recuperação ao longo do ano. De acordo com o índice Reuters - Jefferies CRB (Commodities Research Bureau), os preços em dólares das commodities apresentaram alta de 12,7% ao longo do ano. Adicionalmente, o dinamismo da atividade econômica doméstica manteve elevada a inflação de bens e serviços não comercializáveis. Essa combinação de fatores também contribuiu para elevar o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST). Este índice, utilizado no cálculo do reajuste de tarifas, apresentou alta superior a 5,0% no acumulado do ano. Cabe comentar, entretanto, que o reajuste tarifário efetivo aplicado pela Anatel para os planos básicos de cesta local e de longa distância nacional foi limitado a 0,66% por conta do efeito redutor do fator de produtividade aplicado nas tarifas do setor.

Esse aumento da inflação mensurada pelo IPCA para nível superior à meta central de inflação induziu a autoridade monetária a elevar a taxa básica de juros ao longo de 2010. Nesse sentido, a taxa Selic foi elevada para 10,75% ao ano em dezembro de 2010, desde 8,75% em dezembro de 2009. Na média do ano de 2010, entretanto, a taxa básica, de 9,74% ao ano, foi inferior à média do ano de 2009, de 9,93%. A TJLP, a taxa de juros de longo prazo, utilizada em passivos junto ao BNDES, por sua vez, também apresentou queda: a taxa média de 2010 foi de 6,0% ao ano, frente a 6,12% ao ano na média de 2009.

## 2.2. Entorno Competitivo

O mercado de telecomunicações brasileiro tem vivenciado um acirramento competitivo entre empresas de Telefonia Fixa, Telefonia Móvel, TV por assinatura, Internet e Dados. Essa intensificação da competição é decorrente de uma tendência mundial das operadoras se estabelecerem como provedor único de telecomunicações dos clientes, disponibilizando ofertas cada vez mais completas, integradas e convergentes, e também é decorrente de novas definições regulatórias para estímulo da competição.

Em 2010, ocorreram importantes alterações nas estruturas das principais empresas do mercado de telecomunicações do Brasil, o que redefiniu o panorama competitivo. Foi concretizada a aquisição da Vivo, principal operadora celular do país, pela Telefônica; foi anunciada a unificação das operações fixas (Embratel) e móvel (Claro) sob a América Móvil; foi anunciada a entrada da Portugal Telecom na estrutura da Oi e também houve a finalização da incorporação da Intelig pela TIM.

No caso específico de São Paulo, destaca-se a intensificação da atuação de operadoras de TV por assinatura no setor de telefonia fixa e o início de operação de uma operadora fixa entrante nas principais cidades do Estado.

No âmbito regulatório, o ano de 2010 foi marcado pela definição do novo regulamento de espectro de 2,5 GHz, pelo leilão das últimas faixas de frequência de 3G, pelo lançamento do Plano de Banda Larga Popular e pelo início das discussões para definição de Plano Nacional de Banda Larga. Estas alterações demonstram o alto grau de importância que a banda larga passará a ter nos próximos anos.

No mercado de voz, a Sociedade enfrentou a competição em todos os seus segmentos. As operadoras de TV a Cabo, que já atuavam no segmento de alta e média renda com oferta de serviços integrados, expandiram a oferta para o segmento de renda menor. Este segmento também foi bastante explorado através de ofertas de linhas telefônicas de baixo custo e/ou pré-pagas, utilizando tecnologias alternativas sem fio. Já as operadoras de Telefonia Móvel destacaram-se pelo expressivo aumento da exploração do mercado pré-pago e de chamadas de longa distância.

No mercado de Banda Larga, destaca-se o crescimento acelerado da Banda Larga móvel através de rede de terceira geração (3G), com o leilão das últimas faixas de frequências para 3G, o que viabilizou a entrada de nova empresa neste mercado, e a aceleração de ofertas de Banda Larga fixa de alta velocidade por todas as operadoras fixas.

No segmento corporativo, a concorrência, que já atuava de forma agressiva no mercado de dados, intensificou sua atuação, em especial para o segmento PEMES (Pequenas e Médias Empresas) com ofertas de banda larga de alta velocidade e planos de longa distância com tarifas mais agressivas e cobrança "por chamada".

## 2.3. Estratégia Comercial

Em 2010, a Sociedade deu continuidade às ações focadas em aumentar a qualidade de nossos produtos e serviços e na atratividade da telefonia fixa. Conseguimos aumentar nossa base de clientes de voz fixa após 4 anos seguidos de queda e tivemos o maior crescimento de número de clientes de banda larga no país.

A defesa de valor do tráfego de voz obteve êxito através da massificação dos Pacotes de Minutos, com principal destaque para a oferta de tarifa plana de voz *Fale e Navegue à Vantagem* que permite o uso ilimitado de ligações on-net locais e internet discada.

Além disso, como complemento a estas ações, foram disponibilizadas ofertas customizadas para diferentes segmentos de clientes. Em especial, destaca-se a oferta de linhas de baixo custo pré-pagas, que evitaram parte da migração dos clientes para o serviço móvel e outros concorrentes em telefonia fixa, e um aumento da utilização de canais presenciais, aproximando o relacionamento de nossa empresa com os clientes. Para equilibrar a pressão na telefonia tradicional, a Sociedade continua com foco no crescimento de negócios com alto potencial de mercado, como é o caso da Banda Larga, dos produtos de dados corporativos, da TV por assinatura, da Tecnologia da Informação, além do desenvolvimento de novos produtos.

Em Banda Larga, ultrapassou a marca de 3,3 milhões de clientes em 2010. Isto ocorreu em função de uma profunda reestruturação e melhoria dos processos, do produto e do contínuo esforço e comprometimento com a qualidade e grau de satisfação de nossos clientes. Também aderimos ao Programa de Banda Larga Popular, permitindo acelerar o acesso das camadas de menor renda a esta tecnologia, e relançamos os serviços de conectividade baseados em Fibra Ótica, após a reestruturação do produto lançado em 2009.

Em novos produtos e serviços, destaca-se o desempenho do serviço de automação residencial "At Home", que completou seu primeiro ano e superou as expectativas de vendas (20% dos lançamentos de imóveis de alto padrão da região metropolitana de São Paulo) continuam nossa solução. Ainda, lançamos o "OnVide", produto que permite assistir filmes digitais diretamente da TV com a tecnologia de vídeo sob demanda.

No segmento corporativo, a Sociedade conquistou importantes clientes e atuou como provedora de soluções completas de telecomunicações: voz, dados, equipamentos, serviços e soluções de TI, com vistas a fortalecer seu posicionamento e incrementar a satisfação desses exigentes clientes com ofertas cada vez mais integradas e aderentes às suas necessidades.

## 2.4. Perspectivas

A expectativa para 2011 é bastante otimista com índices de crescimento similares aos anos anteriores à crise econômica de 2009 e concentrados principalmente na classe média. O setor de telecomunicações deve ter os mercados de banda larga e TV por assinatura como principais alavancas de crescimento. Além disso, programas sociais de inclusão digital e incentivos a indústria de TI devem ter maior importância neste ano. A valorização do real ante o dólar deve continuar a trazer vantagens nos custos de equipamentos importados.

Observando os mercados mais maduros e as mais recentes movimentações das principais empresas de telecomunicações no Brasil nota-se a clara tendência de desenvolvimento de ofertas integradas e completas e maior presença de mercado. Para isto, a Sociedade focará os esforços nos processos de integração da telefonia fixa com o serviço móvel, que permitirá expansão nacional e ofertas convergentes. Além disso, esta integração tem potencial de outras sinergias, como a maior eficiência em custos e em investimentos de capitais. A estratégia escolhida pela Sociedade será de acelerar sua atuação para liderar a captura do crescimento de mercado através da valorização da telefonia fixa, propostas convergentes com voz móvel, banda larga e TV por assinatura, e proporcionando uma experiência diferenciada ao cliente.

O foco em banda larga será mantido, sendo a principal plataforma para desenvolvimento de produtos e serviços. Continuamos com nossa estratégia de aumentar a velocidade de conexão de nossa banda larga no Estado de São Paulo através da expansão de conexões em fibra ótica e cabo, da maior qualidade dos serviços e dos novos produtos, em especial, vídeo sob demanda. Além disso, esperamos atender aos requisitos do Plano Nacional de Banda Larga do governo federal e aumentar o crescimento de nossa base de clientes.

Por fim, continuaremos com nossos esforços para melhorar nosso relacionamento com os clientes. As melhorias na experiência do cliente serão suportadas pelas ações de melhoria de qualidade iniciadas em 2009 e pela difusão de uma cultura de serviço e melhoria contínua.

## 2.5. Ambiente Regulatório

O ambiente regulatório foi marcado por uma série de eventos ao longo de 2010. Dentre os principais eventos regulatórios pode-se destacar os reajustes tarifários de 2010, o cumprimento das metas relacionadas à instalação de *backhaul*, a alteração da destinação da faixa de 2,5 GHz, o fim do limite do número de outorgas para a prestação do serviço de TV a Cabo e MMDS e a decisão da Anatel pela introdução do nono dígito nos telefones celulares de São Paulo.

## Reajuste tarifário

Em fevereiro de 2010 o Conselho Diretor da Anatel acatou o pedido de reconsideração para a aplicação de reajuste das tarifas fixo-móvel e homologou, através do Ato nº 971 de 9 de fevereiro de 2010, reajuste no percentual de 0,97%.

Em agosto os planos alternativos foram reajustados no percentual de 4,4%, considerando-se o IST acumulado em 12 meses. O plano básico da Telesp, por sua vez, teve seu reajuste aprovado pela Anatel em 4 de outubro no percentual de 0,66%, correspondente ao IST de 13 meses e Fator de produtividade de 13 meses.

Cumprimento das metas relacionadas à instalação de *backhaul* nos municípios

Em 31 de março de 2010 a Telesp declarou o cumprimento da instalação de infraestrutura de rede de serviços de telecomunicações (*Backhaul*) em todos os 257 municípios constantes de seu compromisso, em atendimento ao Decreto 6.424, que alterou o Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU) do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), estabelecendo a substituição dos Postos de Serviços de Telecomunicações (PSTs) urbanos por *backhaul*.

## Nova regulamentação para a faixa de 2,5 GHz

A Anatel publicou em 16 de agosto de 2010 a Resolução nº 544 com a nova destinação da faixa de 2,5 GHz. Dentre as principais inovações do regulamento destacam-se: i) Alocação do espectro para MMDS, SCM, STFC e SMP (em subfaixas específicas); ii) Homologação de equipamentos imediata; iii) 70 MHz para os atuais operadores de MMDS (incluindo a Telesp, que possui operação nas cidades de Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo), sendo 50 em TDD e 20 em FDD e estabelecimento de prazo de 12 meses para solicitar autorização de serviços adicionais na faixa; iv) Custo de renovação conforme Condições do Termo de Autorização ou, na ausência, por VPL ou PPDUr (o que for maior); v) Previsão para que futuros adquirentes do direito de uso das radiofrequências devam arcar com os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas.

## Fim do limite do número de outorgas para a prestação do serviço de TV a Cabo e MMDS

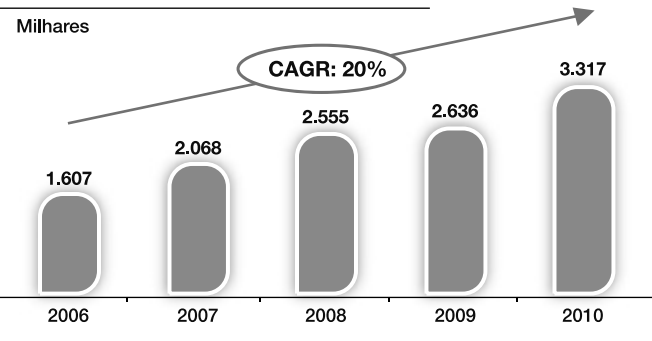
Em 25 de novembro de 2010 a Anatel aprovou o Planejamento de TV a Cabo e MMDS, decretando o fim do limite do número de outorgas para a prestação do serviço e, consequentemente, da necessidade de licitação para as mesmas. Outorgas poderão ser concedidas por Código de Numeração e não apenas por município. O preço e as contrapartidas para as empresas para a obtenção das outorgas constarão em futuro Regulamento de TV a Cabo, que ainda será submetido à consulta pública. A previsão é que novas outorgas ocorram em 2011.

## Introdução do nono dígito nos telefones celulares de São Paulo

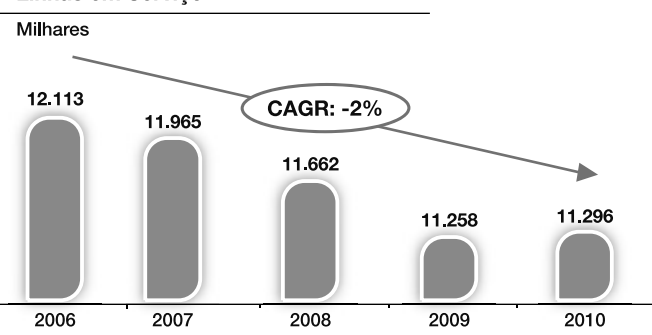
O Conselho Diretor da Anatel, através da Resolução nº 553 de 14 de dezembro de 2010, que alterou os Regulamentos de Numeração do Serviço Móvel Pessoal e do Serviço Telefônico Fixo Comutado, decidiu acrescentar o nono dígito nos telefones celulares de São Paulo. A medida deverá ser implantada em 24 meses, inicialmente em São Paulo. Depois desse período, a Anatel vai estipular um prazo para que o nono dígito nos celulares seja ampliado para todo o país.

## 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

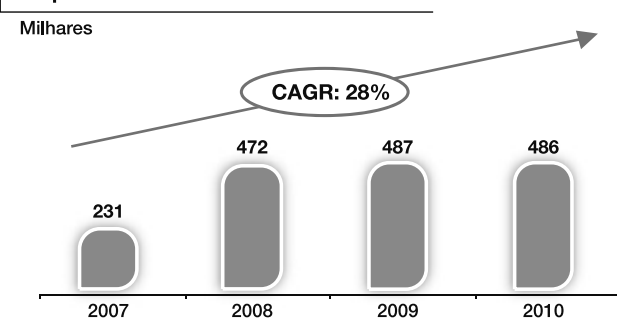
## Evolução dos clientes de Banda Larga



## Linhas em Serviço



## TV por Assinatura



## 4. DESEMPENHO FINANCEIRO

## 4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2010, a Sociedade apurou receita operacional líquida de R\$15.756,1 milhões, mantendo-se praticamente estável em relação aos R\$15.806,0 milhões em 2009. Este efeito é justificado principalmente pelo aumento nas receitas do serviço de banda larga e dados corporativos, além do crescimento da receita de longa distância nacional, explicado pelo maior tráfego de origem móvel com a utilização do "15" (código de seleção de prestadora). Estas variações foram compensadas por uma redução das receitas de telefonia fixa local, explicada pela queda dos tráfegos VC1 e fixo-fixo, apesar do aumento do número de linhas em serviço.

## 4.2. Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras Líquidas

O lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas consolidadas apresentou acréscimo de 4,4%, passando de R\$3.398,0 milhões em 2009 para R\$3.546,7 milhões em 2010. Contribuíram para essa evolução, principalmente, o aumento das receitas do serviço de banda larga, a venda/cessão de direito de ativos não estratégicos ao longo de 2010, além da redução das despesas de depreciação e amortização pela mudança dos prazos de vida útil para determinadas categorias de ativos.

## 4.3. EBITDA

O EBITDA (resultado operacional antes das despesas financeiras líquidas, excluindo-se as depreciações e amortizações) consolidado em 2010 foi de R\$5.460,2 milhões, uma redução de 7,5% em relação aos R\$5.903,5 milhões no ano de 2009.

A Margem EBITDA atingiu 34,7% em 2010, uma redução de 2,7 p.p. em relação à margem de 37,3% registrada no ano de 2009. Esta variação está relacionada principalmente à mudança do mix de produtos com redução das receitas de telefonia tradicional, que possuem margens maiores, e aumento das receitas de dados tanto no segmento residencial como no segmento corporativo, além da maior receita de longa distância nacional de origem móvel. Houve também aumento dos gastos comerciais, principalmente com atendimento ao cliente, além de uma maior despesa com pessoal, devido ao aumento do quadro com foco em qualidade e atenção ao cliente. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela significativa redução na provisão para devedores duvidosos no período. A Evolução anual da Margem EBITDA está afetada pelo impacto positivo não recorrente ocorrido em 2009, derivado da mudança na estimativa de provisões para contingências, e pela contabilização em 2010 de um impacto positivo pela venda/cessão do direito de exploração de ativos não estratégicos.

	2010	2009
Em milhões de reais - Consolidado		
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras (*)	3.546,7	3.398,0
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	1.680,1	2.255,4
Em despesas de comercialização de serviços	123,0	143,1
Em despesas gerais e administrativas	110,4	107,0
EBITDA	5.460,2	5.903,5

## Margem EBITDA

a) EBITDA	5.460,2	5.903,5
b) Receita operacional líquida (*)	15.756,1	15.806,0
a)/b)	34,7%	37,3%

(\*) Vide demonstrações de resultados.

## 4.4. Endividamento e Resultado financeiro Consolidado

	2010	2009
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	(1.825,7)	(2.009,2)
Debêntures (Nota 17)	-	(1.510,8)
Endividamento total	(1.825,7)	(3.520,0)
Operações com derivativos (Nota 31)	(27,9)	(31,1)
Endividamento líquido	(1.853,6)	(3.551,1)

A Sociedade encerrou o exercício de 2010 com dívida de R\$1.825,7 milhões (R\$3.520,0 milhões em 2009) ou 15,6% do patrimônio líquido (31,1% em 2009). Os recursos captados são 0,95% denominados em moeda estrangeira e 99,05% denominados em moeda nacional junto ao BNDES.

A Sociedade empenha constantes esforços no sentido de tomar as medidas cabíveis, mediante a atual conjuntura do mercado, para proteger suas dívidas dos efeitos de eventuais desvalorizações cambiais.

## 4.5. Lucro Líquido

O lucro líquido apresentou uma variação positiva de 8,8%, passando de R\$2.204,1 milhões em 2009 para R\$2.398,8 milhões em 2010. A margem líquida foi de 15,2%.

	2010	2009
Em milhões de reais		
a) Lucro líquido do exercício (*)	2.398,8	2.204,1
b) Receita operacional líquida (*)	15.756,1	15.806,0
a)/b)	15,2%	13,9%

(\*) Vide demonstrações de resultados.

## 4.6. Investimentos

A Sociedade investiu, em 2010, R\$2.441,4 milhões na expansão e modernização de sua rede, o que permitiu o fornecimento de serviços de alta qualidade para seus clientes. Os investimentos em manutenção e nos negócios tradicionais, que incluem os serviços de voz, representaram 48% do total investido pela companhia em 2010. Com o objetivo de consolidar nossa posição no mercado de banda larga, durante 2010 intensificamos os investimentos em expansão e modernização da nossa rede, na melhoria dos nossos sistemas e nos processos de relacionamento com nossos clientes.

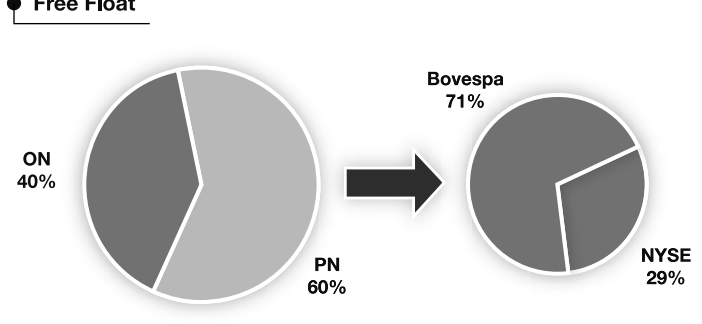
A seguir, apresentamos o montante de investimentos consolidados em 31 de dezembro de 2010:

Investimento (R\$milhões)	2010	2009	Δ%	2008	Δ%
Negócio tradicional e manutenção	1.166,1	1.101,1	5,9	831,9	40,2
Novos serviços e Banda Larga	1.275,3	1.119,8	13,9	1.510,5	(15,6)
Total	2.441,4	2.220,9	9,9	2.342,4	4,2

## 5. MERCADO DE CAPITALIS

A Telesp possui ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) negociadas na BM&FBOVESPA sob os símbolos TLPP3 e TLPP4, respectivamente. A Companhia também possui ADRs negociadas na NYSE, sob o símbolo TSP.

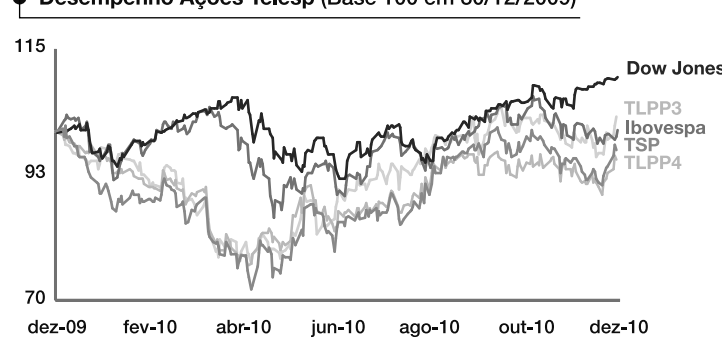
## Free Float



As ações TLPP3 e TLPP4 encerraram o ano cotadas a R\$39,30 e R\$42,03, apresentando, respectivamente, uma evolução anual de 3,5% e -3,5% frente a uma evolução de 1,0% do Índice Bovespa. As ADRs finalizaram o ano cotadas a US\$ 24,44, registrando uma evolução anual de -2,9% frente a uma evolução do Índice Dow Jones de 9,7%. O volume médio diário das ações TLPP3 e TLPP4 no ano foi de R\$785,3 mil e R\$4.902,7 mil, respectivamente. Já o volume médio diário de ADRs no mesmo período foi de US\$ 2.685,1 mil.

Abaixo apresentamos o gráfico de desempenho das ações no último ano:

## Desempenho Ações Telesp (Base 100 em 30/12/2009)



## 5.1. Política de remuneração ao acionista

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Sociedade deve distribuir com dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Em 2010, a Sociedade apresentou um *dividend yield* de 9,6% para as ações ON e de 9,9% para as ações PN.

As somas dos valores unitários brutos dos dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) declarados em 2010 foram de R\$3,78 para cada ação ON e R\$4,16 para cada ação PN.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Distribuição dos valores declarados em 2010:

2010	Deliberação	Posição Acionária	Total Bruto (milhões de reais)	Total Líquido (milhões de reais)	Ações	Bruto por ação (em reais)	Líquido por ação (em reais)	Início do Pagamento
JSCP	14/12/10	30/12/10	202,0	171,7	ON	0,374376	0,318219	Até o final de 2011
					PN	0,411813	0,350041	
JSCP	29/09/10	30/09/10	390,0	331,5	ON	0,722805	0,614384	13/12/10
					PN	0,795085	0,675823	
Dividendos	29/09/10	30/09/10	196,4	196,4	ON	0,363914	0,363914	13/12/10
					PN	0,400305	0,400305	
Dividendos	07/04/10	07/04/10	451,6	451,6	ON	0,837055	0,837055	13/12/10
					PN	0,920760	0,920760	
Dividendos	07/04/10	07/04/10	800,0	800,0	ON	1,482677	1,482677	26/04/10
					PN	1,630944	1,630944	

## 5.2. Posição Acionária

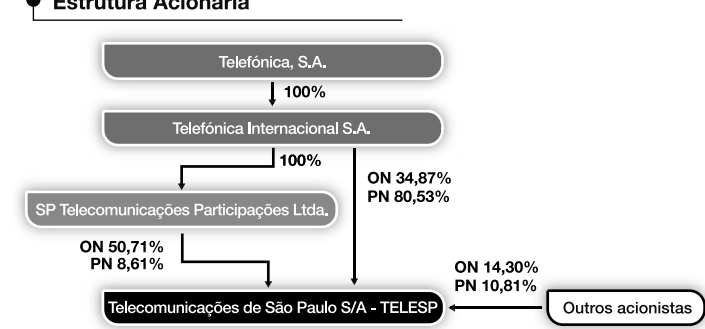
No ano de 2010, a Composição Acionária do grupo controlador não sofreu modificações.

Até o término do ano de 2010, a Telefônica Internacional S.A. - TISA detém 34,87% das ações ordinárias e 80,53% das ações preferenciais e a SP Telecomunicações Participações Ltda, 50,71% das ações ordinárias e 8,61% das ações preferenciais da Sociedade.

Posição em 31 de dezembro de 2010	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	144.462.997	300.749.951	445.212.948
	85,57%	89,13%	87,95%
Minoritários	24.146.294	36.482.238	60.628.532
	14,30%	10,81%	11,98%
Tesouraria	210.579	185.213	395.792
	0,12%	0,05%	0,08%
Número total de ações	168.819.870	337.417.402	506.237.272

## 6. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

## Estrutura Acionária



## 7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os princípios fundamentais de governança corporativa da TELESP estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários.

Os objetivos desses princípios, que norteiam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- ✓ A maximização do valor da Companhia;
- ✓ A transparência na prestação das contas da Sociedade e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
- ✓ A transparência nas relações com os acionistas, empregados, investidores e clientes;
- ✓ A igualdade no tratamento dos acionistas;
- ✓ O papel essencial do Conselho de Administração na supervisão e administração da Sociedade, e na prestação de contas aos acionistas;
- ✓ A atuação do Conselho de Administração no que se refere à Responsabilidade Corporativa, garantindo a perenidade da organização.

Inspirada nesses conceitos e com a finalidade de promover uma boa governança corporativa, aumentar a qualidade das divulgações de informações e reduzir as incertezas dos investidores, a Sociedade tem instituído normas e políticas internas a fim de tornar suas práticas claras e objetivas. A Sociedade acredita que essas medidas beneficiam os acionistas, investidores atuais e futuros, bem como o mercado em geral. Dentre as medidas adotadas pela Sociedade, destacamos:

## (a) A implantação das seguintes normativas internas:

(i) **Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante:** Implantada por decisão do Conselho de Administração em cumprimento às disposições da Instrução CVM 358/02. Tal política tem por objetivo estabelecer regras para divulgação de informações relevantes de interesse do mercado.

(ii) **Regulamento Interno de Conduta:** Foi implantado por decisão do Conselho de Administração. Estabelece padrões de conduta para questões relacionadas ao mercado de valores, não somente com respeito à legislação, mas também quanto a critérios éticos e de responsabilidade profissional.

(iii) **Normativa sobre Comunicação de Informação aos Mercados:** Regula os princípios básicos de funcionamento dos processos e sistemas de controle das informações, sendo divulgadas ao mercado. Visa garantir a qualidade e controle sobre tais informações, respondendo, assim, às exigências estabelecidas para essa matéria pelas legislações dos mercados em que são negociados os valores da Companhia.

(iv) **Normativa Sobre Registro, Comunicação e Controle de Informação Financeiro-Contábil.** O Conselho de Administração aprovou essa normativa que regula os procedimentos internos e os mecanismos de controle da preparação da informação financeiro-contábil da Sociedade, garantindo a aplicação de práticas e políticas contábeis adequadas.

(v) **Normas de Conduta para Financeiros:** Normativa que fixa padrões de conduta para as pessoas que exercem cargos de responsabilidade relacionados com as finanças da TELESP e de suas controladas, o acesso destas às informações privilegiadas e confidenciais e o padrão de comportamento a ser observado nessas situações.

(vi) **Normativa sobre Aprovação Prévia de Serviços a serem Prestados pelo Auditor Externo.** Estabelece critérios e procedimento para a contratação de serviços dos auditores independentes, sempre com a aprovação prévia do Comitê de Auditoria e Controle. Suas disposições consideram as normas da CVM relativas à matéria, bem como a legislação americana aplicável. Foi implantada com a aprovação do Comitê de Auditoria e Controle.

## (b) A instituição de comitês do Conselho de Administração:

- Comitê de Auditoria e Controle;
- Comitê de Qualidade dos Serviços e Atenção Comercial; e
- Comitê de Nomeações, Vencimentos e Governança Corporativa.

(c) Divulgação anual de um Informe de Governança Corporativa, que contém informações referentes às principais práticas de governança corporativa que a Sociedade adota, bem como sua estrutura acionária, suas características, a composição e competência dos órgãos da administração, as obrigações e responsabilidade dos administradores.

(d) Estabelecimento, pelo Comitê de Auditoria e Controle, de procedimentos para a recepção e tratamento de denúncias relacionadas a assuntos contábeis e de auditoria (Canal de Denúncias).

As regras internas da Sociedade relativas à conduta a ser adotada visando prevenir eventuais práticas contrárias à boa governança e conflitos de interesse estão definidas em normativas internas, em especial no seu Regulamento Interno de Conduta em Matérias Relativas ao Mercado de Valores Mobiliários. A Diretoria Executiva, os membros do Conselho de Administração e qualquer outro empregado exposto à informação sensível estão sujeitos a restrições impostas por tal regulamento. Essa normativa interna define períodos de *blackout* de negociação, e estabelece regras para prevenir e/ou tratar situações de conflitos de interesse.

## 7.1. Relações com Investidores

Com o objetivo de obter uma valorização justa de suas ações, a Sociedade adota práticas que visam um maior esclarecimento sobre suas políticas e os eventos incorridos para acionistas, investidores e analistas.

A Sociedade disponibiliza informações relevantes em um portal na internet nas versões em português e inglês (<http://www15.telefonica.com.br/investidores/> e <http://www15.telefonica.com.br/investidores/english/>, respectivamente). Todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações contábeis são arquivados nos órgãos reguladores no Brasil, através da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), e nos Estados Unidos, através da SEC (*Security Exchange Commission*). Adicionalmente, a Sociedade possui uma equipe de Relações com Investidores para esclarecer dúvidas por telefone ou através de reuniões individuais, quando solicitadas.

## 7.2. Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração da Sociedade é composto de um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 17 membros, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente o Conselho de Administração da Companhia está composto por 16 membros, todos acionistas, sendo um deles eleito pelo voto das ações preferenciais, em votação separada, e os demais eleitos pelo voto geral das ações ordinárias.

Reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de seu presidente. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros em exercício, cabendo ao presidente, além do voto comum, o de qualidade nos casos de empate. Ao presidente cabe, ainda, representar o Conselho na convocação da Assembleia Geral de Acionistas; presidir a Assembleia Geral, escolhendo o secretário dentre os presentes; convocar e presidir as reuniões do Conselho; usar o voto de qualidade, que lhe é atribuído pelo Estatuto Social, no caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração e; autorizar a prática de atos, nos casos de urgência, "ad referendum" da apreciação do Conselho de Administração.

## 7.3. Diretoria da Sociedade

A Diretoria é o órgão de representação ativa e passiva da Sociedade cabendo à mesma e aos seus membros a prática de todos os atos necessários ou convenientes à gestão dos negócios sociais. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato máximo de 3 anos sendo permitida a reeleição.

Segundo o Estatuto Social a Diretoria será composta de, no mínimo 3 e, no máximo, 15 membros, acionistas ou não, residentes no país, que serão eleitos pelo Conselho de Administração. A Diretoria, atualmente, é composta de 04 membros, sendo eleitos para os seguintes cargos: Presidente, Diretor Geral de Telefonia Fixa, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; e Secretário Geral.

## 7.4. Normas de Conduta para Funcionários (Princípios de Atuação)

Os Princípios de Atuação, o atual código de conduta do Grupo Telefônica, foram aprovados em 2006 e são válidos para todas as suas operações no mundo. O documento abrange princípios gerais associados a temas como honestidade e confiança, respeito à lei, integridade e respeito aos direitos humanos. Inclui ainda princípios específicos elaborados de modo a garantir a confiança dos públicos estratégicos mais relevantes. Esse documento foi referendado pelo Conselho de Administração da Telesp em abril de 2007. Desde então, a empresa tem realizado diversas iniciativas a fim de garantir que todos os seus empregados conheçam e apliquem essas orientações em seu cotidiano. Para isso, foi desenvolvido um curso online sobre os Princípios de Atuação a ser aplicado a todos os empregados. Também são divulgadas informações relativas aos Princípios de Atuação frequentemente nos veículos de comunicação interna. Todos os profissionais da companhia têm acesso a canais onde podem fazer denúncias de descumprimento dos Princípios de forma anônima. A companhia também mantém em funcionamento o Comitê de Princípios de Atuação, composto por representantes das áreas de Relações Institucionais, Recursos Humanos, Secretaria Jurídica e Auditoria Interna, que se reúne periodicamente para discutir assuntos ligados aos Princípios de Atuação.

## 7.5. Conselho Fiscal

Na Sociedade o Conselho Fiscal é mantido em caráter permanente. Os conselheiros fiscais são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para o mandato de 1 ano sendo possível a reeleição. Em observância à legislação societária, aos acionistas preferencialistas é garantido o direito de eleger um membro efetivo e um membro suplente do Conselho Fiscal em votação em separado, sem a participação das ações preferenciais do controlador.

Por disposição legal a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e de estadas necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computada benefícios de qualquer natureza, verbas de representação e participação nos lucros.

O Estatuto Social estabelece que o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. Atualmente o Conselho Fiscal da Sociedade é composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes.

## 7.6. Comitê de Auditoria e Controle

Foi instituído em dezembro de 2002, como órgão auxiliar e vinculado ao Conselho de Administração, dispondo de um regulamento próprio aprovado por aquele órgão. De acordo com o regulamento do Comitê, o órgão será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos periodicamente dentre os membros do Conselho. O prazo de seus mandatos coincide com o respectivo mandatos no Conselho de Administração. Atualmente o Comitê de Auditoria e Controle é composto por 3 Conselheiros de Administração.

Sem prejuízo de qualquer outra função designada pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e Controle terá competência para informar e/ou fazer recomendações ao Conselho, quanto às matérias seguintes:

- Designação do auditor externo, as condições de sua contratação, o alcance de seu mandato profissional e, se for o caso, a revogação ou prorrogação do contrato;
- Análise das contas da Sociedade, zelando pelo cumprimento dos requisitos legais e pela correta aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos;
- Resultados de cada auditoria interna e externa, bem como as providências da Administração em relação às recomendações da auditoria;
- Adequação e integridade dos sistemas internos de controle;
- Cumprimento do contrato de auditoria externa, buscando que a opinião sobre as contas anuais e os conteúdos principais do informe de auditoria sejam redigidos de forma clara e precisa; e
- Recebimento, do auditor interno, das informações sobre as deficiências significativas dos sistemas de controle e das condições financeiras detectadas.

## 7.7. Auditores Independentes

Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Sociedade e suas controladas informam que a política da Sociedade junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria. Durante o exercício de 2010 não contratamos serviços que não sejam de auditoria externa junto ao nosso auditor independente, Ernst & Young Terco Auditores Independentes SS.

## 8. RECURSOS HUMANOS

Reconhecendo a importância que seus empregados têm para a superação de seus principais desafios estratégicos e operacionais, a Sociedade tem intensificado seu processo de transformação cultural. Em 2010, para construir "o melhor lugar para trabalhar", lançou o Viva a Experiência. O programa reflete a importância de atuar em equipe com um objetivo comum, em um ambiente de camaradagem e otimismo, no qual todos os profissionais são protagonistas da transformação cultural da empresa.

Com a aplicação das diretrizes estratégicas do Viva a Experiência (Abertos à comunicação, Protagonistas do nosso desenvolvimento, Comprometidos com nossos clientes, Reconhecemos a excelência, Espírito inovador, Liderança inspiradora, Somos uma só equipe e Construímos o melhor lugar para trabalhar), em 2010, a Sociedade foi destaque em premiações:

- Destaque no ranking das "Maiores Empresas para Trabalhar 2010" e 42ª posição no ranking das "Melhores Empresas para Trabalhar, em TI e Telecom", da Great Place to Work Institute.
- Top RH 2010 em gestão de pessoas da ADBV - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, com o case "O poder do Reconhecimento", que apresenta os programas Conhecer e Reconhecer, +Telefônica e Mandou Bem!

Para comprovar que ultrapassamos muitos desafios neste ano, a Pesquisa de Clima 2010, aplicada no início de dezembro, apresentou o recorde de 93% de respondentes, com 81% de favorabilidade.

## 8.1. Interação

Em 2010, a Comunicação Interna ampliou suas ações com o objetivo de tornar os canais internos mais motivadores e interativos, permitindo a participação e colaboração dos profissionais.

Em processo de constante evolução, a Intranet Corporativa migrou para o formato de blog, com informações publicadas em tempo real. Com as ferramentas, os profissionais comentaram, avaliaram, acompanharam o número de visualizações das notícias e enviaram aos amigos. Além disso, conheceram o *ranking* das mais acessadas.

A linguagem adotada nos canais internos passou a ser ainda mais direta e informal, em tom de conversa para criar proximidade com o empregado. Houve aumento no número de vídeo-reportagens para divulgar temas relevantes para os profissionais. Entre esses, o processo da aquisição da Vivo pela Telefônica marcou o ano. Assim como em outros assuntos, a transparência nas informações direcionou o trabalho da área. Outra mudança foi o destaque às histórias pessoais dos empregados, além do reconhecimento ao papel das equipes nas conquistas da empresa.

A interatividade também foi comprovada pelas ações: cobertura da Convenção de Executivos em tempo real (Minuto a Minuto), blog para o Dia dos Voluntários com empregados registrando experiências e as postando em suas respectivas redes sociais, *hotsite* sobre "Uso consciente e alternativo" e *hotsite* UmClik para consulta das Políticas da empresa. Ainda no eixo interatividade, o selo eletrônico "Mandou Bem!", que reconhece de forma imediata atitudes concretas de colaboração entre as áreas da empresa, obteve grande adesão. Foram emitidos 36 mil selos, evidenciando e reforçando que a Sociedade está baseando suas experiências do dia-a-dia em processos mais diretos e que contam com a participação de seus profissionais.

A Sociedade também conta com uma *newsletter* diária, o "Bom Dia, Telefônica!", além do "Boa Tarde, Telefônica!" para edições especiais e extraordinárias e o "Executivo em Dia", comunicado eletrônico destinado aos executivos.

## 8.2. Remuneração

A Sociedade adota estrutura salarial e políticas de remuneração compatíveis com as melhores práticas de mercado. O objetivo é atrair e reter os melhores profissionais em um segmento muito competitivo e reconhecer o desempenho individual de acordo com o cumprimento de metas e resultados alcançados.

Os programas de remunerações variáveis e uma ampla variedade de benefícios complementam o pacote de remuneração total. O conceito de remuneração total tem como propósito pagar salário nominal na média do mercado composta pelas empresas que mais agressivamente remuneraram seus empregados.

- Em 2010, 1.269 profissionais da empresa foram promovidos.
- 1.027 profissionais foram contemplados no processo de Revisão Salarial (alterações salariais).

## 8.3. Programas de Desenvolvimento

Investindo fortemente em programas de capacitação e desenvolvimento de seus profissionais, a Sociedade obteve os seguintes resultados em 2010:

- Investimentos de R\$9,5 milhões em educação.
- Participação de 4.888 profissionais em ações educacionais, com carga horária total de 171.677.
- Participação de 382 profissionais, em 31 turmas, num total de 6.112 horas no Programa de Desenvolvimento da Liderança - PDL.
- Participação de 59 profissionais, num total de 2.128 horas, na Universidade Corporativa.
- Participação de 382 profissionais em sessões de *Coaching* de 1 hora cada.
- Participação de 513 profissionais, num total de 2.845 horas em *E-learning*.
- Realização de 68 MBA autofinanciados e 6 MBA subsidiados (4 internacionais e 2 nacionais);
- Realização de 5 Master em Telecom.
- Contratação de 37 Estagiários.
- Participação de 13 jovens, num total de 1.768 horas no Programa de Formação Mainframe.

- Participação de 3 profissionais no Programa Horizonte.
- Participação de 25 rotantes estrangeiros e 19 rotantes brasileiros no Programa de Rotação;
- Participação de 144 profissionais na Bolsa Educacional.
- Participação de 1.356 profissionais nos *workshops* de transformação cultural. Foram 16 *workshops* com 15 anfitriões, sendo 12 diretores-executivos e 3 diretores. Ao todo, foram 160 horas de desenvolvimento.
- Investimento de R\$244.500 mil no programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência. Foram qualificadas 50 pessoas. Em setembro de 2010, a Telesp cumpriu a cota estabelecida na legislação (5% para as empresas com mais de mil empregados). Em dezembro de 2010, a empresa possuía 308 empregados com deficiência.

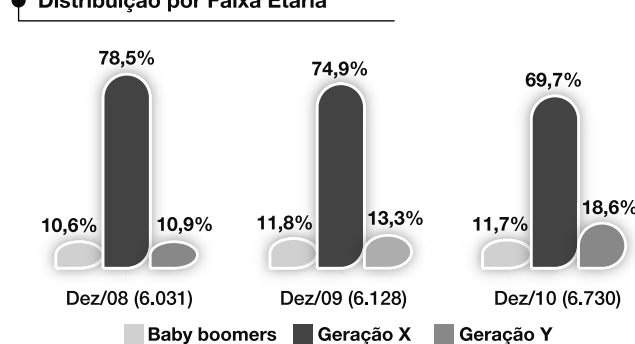
## 8.4. Benefícios

Em 2010, a Sociedade investiu mais de R\$74 milhões em benefícios para os seus profissionais.

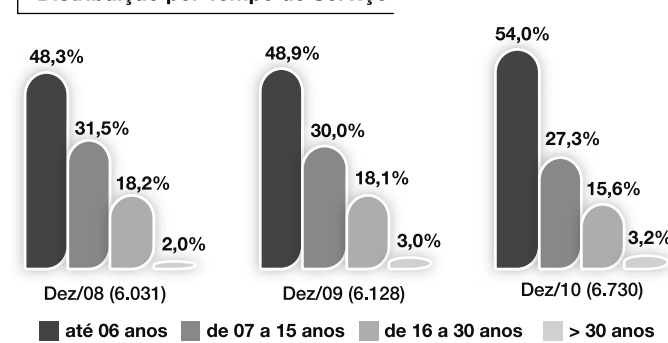
- R\$30 milhões em gastos com saúde (saúde assistência e ocupacional), um dos melhores planos de saúde do mercado. O PLAMTEL (Plano de Assistência Médica Telesp) cobre não apenas a assistência médica e prevista pela legislação, mas também outras especialidades da saúde;
- R\$40 milhões nos benefícios de refeição e alimentação;
- Plano de previdência para seus profissionais, em que a cada R\$1,00 de contribuição feita pelo empregado é correspondido na mesma proporção pela Sociedade.
- R\$1,7 milhões em seguro de vida para os profissionais (4.986 empregados/Dez 10);
- R\$1,1 milhões investidos em auxílio creche ou auxílio babá, onde profissionais, pais ou mães, são beneficiados atualmente;
- R\$2 milhões em investimentos com vale-transporte (Média de 759 profissionais/mês);
- Convênios com entidades ligadas ao segmento de telecomunicações e a Sociedade, como: ABET (Associação Beneficente dos Empregados em Telecomunicações), Coopertel (Cooperativa de Crédito dos Empregados do Grupo Telefônica) e o grêmio Telesp Clube.
- Criação de grupo de Corrida e Caminhada, desenvolvido para ajudar os profissionais a iniciar ou manter a regularidade na prática de exercícios físicos. É oferecida aos 200 "atletas" toda assessoria necessária, começando pela avaliação médica, avaliação nutricional, acompanhamento do preparador físico em aulas presenciais e suporte on-line.

## 8.5. Perfil dos Empregados

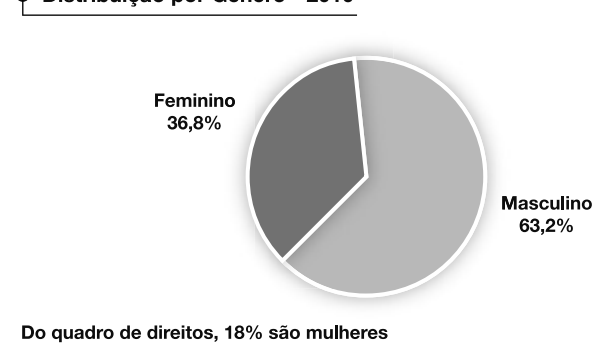
## Distribuição por Faixa Etária



## Distribuição por Tempo de Serviço

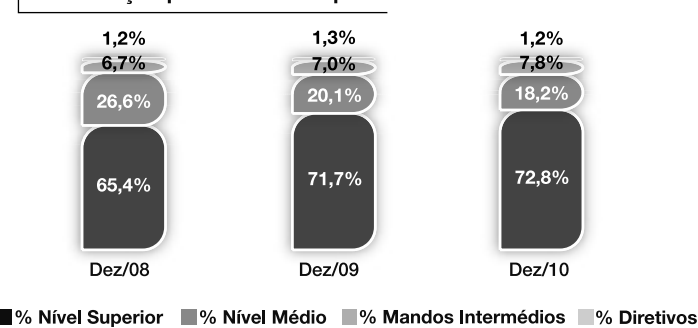


## Distribuição por Gênero - 2010

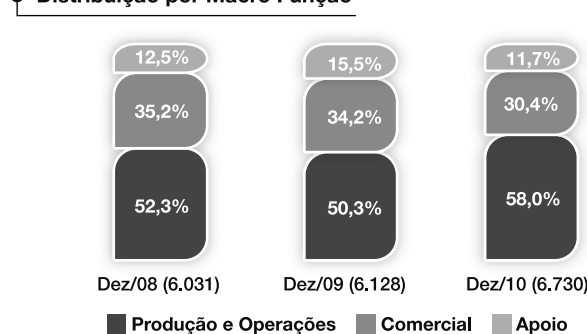


Do quadro de direitos, 18% são mulheres

## Distribuição por Nível Hierárquico



## Distribuição por Macro Função



## 9. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

O Grupo Telefônica entende a Responsabilidade Social Corporativa como uma ferramenta de geração de valor para a companhia, que a permite construir relações sustentáveis com seus públicos de relacionamento, gerando confiança por meio da gestão eficaz dos riscos e oportunidades e incrementando sua legitimidade nas sociedades onde opera.

A estratégia está vinculada aos processos de negócio. Dessa forma, a base da Responsabilidade Corporativa para o Grupo é "fazer bem o que tem de ser feito", ou seja, desenvolver da melhor maneira possível suas atividades.

Para atingir esse objetivo, a estratégia está orientada em três linhas de atuação: **Gestão Eficaz de Riscos** com impacto direto na reputação. Para isso, a companhia acompanha os riscos relacionados a descumprimentos dos Princípios de Atuação, a norma básica da qual se desdobram as políticas e normativas que envolvem a relação da empresa com todos os seus públicos.

**Gestão das Oportunidades**, buscando maximizar os impactos positivos da operação para promover o desenvolvimento das sociedades onde opera. Neste ponto, as principais linhas de atuação são *potencializar o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)*, incorporando nos processos, produtos e serviços o atendimento a coletivos com necessidades especiais, e *TIC Verde*, buscando uma eficiência energética cada vez maior.

**Compromisso com as partes interessadas** (ou Engajamento dos Stakeholders) por meio da comunicação transparente e do diálogo efetivo com todos os públicos de relacionamento. A Companhia quer construir relações de confiança que permitam posicioná-la como motor de progresso econômico, tecnológico e social. Além disso, entende que o diálogo é a principal ferramenta para que possa ajustar sua estratégia às expectativas de seus públicos. Nos últimos anos, a Telesp vem reforçando sua atuação nas mídias sociais por entender que elas propiciam a aproximação com a sociedade em geral com a empresa.

## 9.1. Meio Ambiente

Em consonância com essa estratégia, foram definidas as linhas básicas de atuação da companhia para o meio ambiente:

**a) Mudanças Climáticas** - Os novos serviços proporcionados pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) representam redução de impacto ambiental, resultando em redução de emissões em outros setores. O Grupo criou o Escritório de Mudanças Climáticas, área global de gestão especial para mudanças climáticas e energia, que busca garantir a redução do consumo de energia e de emissões de gases de efeito estufa das empresas do Grupo, além de estimular o desenvolvimento de serviços que proporcionem mais eficiência a clientes e outros setores e de sublinhar o papel das TICs como contribuição essencial para a solução desse problema mundial. Desde 2007, a Telesp realiza o cálculo das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), baseado em uma metodologia interna aplicável a todo o Grupo Telefônica, baseada em padrões reconhecidos como Greenhouse Gas Protocol, IPCC e na norma ambiental 14064. Segundo esse trabalho, a Sociedade registrou a emissão de 61.234 toneladas de CO2 em 2009.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A implementação de ações de eficiência energética fez com que a Sociedade fosse reconhecida em 2010, pela terceira vez consecutiva, como Empresa Líder no Prêmio Época de Mudanças Climáticas. O prêmio, realizado pela revista Época (editora Globo) e com apoio técnico da consultoria PricewaterhouseCoopers, destacou iniciativas de empresas que possuem políticas ambientais para reduzir emissões de gases de Efeito Estufa.

**b) Sistema de Gestão Ambiental Global** - O Grupo estabelece os requisitos mínimos de gestão para todas as suas empresas, independentemente de sua localização geográfica ou atividade. A premissa é a melhoria contínua, a partir do cumprimento das leis em vigor e do controle da pegada ecológica da Telefônica (indicador que mostra o quanto de recursos naturais está sendo utilizado pelo Grupo), a fim de que ela procure diminuir os impactos que causa no seu entorno. (\*Os dados do inventário de emissão de Gases de Efeito Estufa de 2010 deverão ser fechados nos próximos meses.)

### 9.2. Investimento social

A Telesp realiza seu investimento em projetos sociais por meio da Fundação Telefônica, instalada no Brasil em 1999. A Fundação tem como missão contribuir para a construção do futuro das regiões nas quais a Telefônica está presente, estimulando o desenvolvimento social a partir da educação e da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Para isso, utiliza-se preferencialmente das tecnologias de comunicação e informação.

Entre os programas desenvolvidos pela Fundação Telefônica, merecem destaque o Pró-Menin, que busca contribuir para o desenvolvimento social e a proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio do apoio a projetos de Combate ao Trabalho Infantil e também de atendimento a adolescentes que infringiram a lei e cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, e o EducaRede, que se propõe a aprimorar a qualidade da educação pública por meio da inclusão digital, contando com um portal ([www.educarede.org.br](http://www.educarede.org.br)), aberto e gratuito, criado prioritariamente para alunos e professores do ensino público fundamental e médio. A Fundação também coordena em conjunto com a Telesp o programa Voluntários Telefônica, que busca envolver profissionais da companhia em ações de voluntariado.

### 9.3. Patrocínios

O Grupo Telefônica patrocina atividades com o objetivo principal de democratizar o acesso da população à cultura, promover a inclusão social por meio do esporte e o uso social das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Entre as ações realizadas em 2010, destacam-se:

**a) Campus Party Brasil:** A Sociedade foi novamente patrocinadora oficial do evento, realizado em sua 3ª edição de 25 a 31 de janeiro de 2010, no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo, com a participação de 140 mil visitantes nas zonas e áreas abertas, 1 milhão de visitantes *on-line* e mais de 6 mil participantes inscritos que acamparam na arena e compartilharam experiências ligadas ao mundo digital. Um dos maiores atrativos do evento foi a velocidade de conexão à internet fornecida pela Sociedade, 10 Gb de banda.

**b) TelefônicaSonidos:** Em 2010 a Sociedade lançou a plataforma "Sonidos", com duas edições iniciais: TelefônicaSonidos Festival Mundo Latino - série de apresentações de artistas latinos nacionais e internacionais, realizada de 21 a 25 de setembro de 2010, no Jockey Clube de São Paulo - e TelefônicaSonidos Clássicos do Brasil - atração aberta na Praça da Prefeitura de Jundiá, no dia 17 de outubro, com apresentação da Orquestra Bachiana, sob a regência do maestro João Carlos Martins, e a dupla Chitãozinho & Xororó, com participação de aproximadamente 25 mil pessoas.

**c) Esportes:** com o objetivo de promover a inclusão social por meio do esporte, em 2010 a Telefônica apoiou o projeto Judô em Ação, iniciativa do medalhista olímpico Rogério Sampaio que oferece a prática do judô como complemento à educação de crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, e o projeto Lance Livre, iniciativa da medalhista olímpica Marta Sobral, realizada na comunidade de Heliópolis, com o propósito de utilizar o basquete como instrumento pedagógico de transformação, possibilitando a inclusão social de crianças carentes, além da Formação de Atletas do Esporte Clube Pinheiros e do Atletismo em Ação.

### 10. AGRADECIMENTOS

A Administração da Sociedade, mais uma vez, reitera o agradecimento aos clientes, administradores, fornecedores, instituições financeiras e demais entidades envolvidas em suas atividades, pelo apoio e confiança depositados e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e esforço empreendidos, responsáveis pelas conquistas dos resultados apresentados pela Sociedade.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E DE 01 DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado			PASSIVO	Nota	Controladora			Consolidado		
		2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009			2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>4.374.823</b>	<b>5.813.982</b>	<b>5.291.638</b>	<b>5.147.449</b>	<b>6.482.880</b>	<b>5.878.467</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>5.390.640</b>	<b>6.065.705</b>	<b>5.079.824</b>	<b>5.719.846</b>	<b>6.372.350</b>	<b>5.529.710</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5 e 31	1.089.089	1.997.713	1.597.606	1.556.715	2.277.016	1.741.006	Pessoal, encargos e benefícios sociais	14	299.877	133.555	163.372	307.245	142.185	174.672
Contas a receber de serviços, líquidas	6	2.356.013	2.718.874	2.853.548	2.546.225	2.988.798	3.152.831	Fornecedores	2.494.357	2.138.223	2.030.787	2.780.672	2.362.422	2.314.698	
Materiais de estoques	7	35.102	113.566	114.735	77.499	148.436	164.410	Impostos, taxas e contribuições	15	929.829	856.372	856.657	972.123	933.298	938.260
Tributos a recuperar	8.1	480.691	579.980	343.710	659.357	712.663	448.217	Empréstimos e financiamentos	16	420.412	256.753	454.188	420.412	256.753	502.503
Operações com derivativos	31	166	575	80.214	166	575	95.747	Debêntures	17	-	1.510.806	16.339	-	1.510.806	16.339
Outros ativos	9	413.762	403.274	301.825	307.487	355.392	276.256	Dividendos e juros sobre capital próprio	18	450.897	495.543	758.561	450.897	495.543	758.561
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>15.226.157</b>	<b>14.490.101</b>	<b>14.547.697</b>	<b>14.818.845</b>	<b>14.159.868</b>	<b>14.445.198</b>	Provisões	19	240.213	183.285	128.451	240.213	183.308	128.488
Contas a receber de serviços, líquidas	6	-	-	-	67.343	66.225	61.563	Operações com derivativos	31	9.502	8.389	15.200	9.502	8.389	15.200
Tributos a recuperar	8.1	320.720	135.790	129.397	326.677	143.913	136.228	Outras obrigações	20	545.553	482.779	656.269	538.782	479.646	680.989
Tributos diferidos	8.2	501.354	561.759	849.123	503.679	564.064	854.214	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.543.226</b>	<b>2.938.076</b>	<b>4.377.281</b>	<b>2.579.334</b>	<b>2.970.096</b>	<b>4.411.725</b>
Depósitos Judiciais	10	1.696.417	1.326.951	1.107.171	1.710.683	1.335.340	1.142.528	Impostos, taxas e contribuições	15	26.786	-	-	38.707	22.284	7.250
Aplicações Capitalizáveis		-	25.000	-	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	1.405.314	1.752.402	1.717.352	1.405.314	1.752.402	1.717.352
Outros ativos	9	134.345	190.421	109.363	178.455	244.422	156.312	Debêntures	17	-	-	1.500.000	-	-	1.500.000
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>11</b>	<b>2.370.573</b>	<b>2.575.531</b>	<b>2.418.413</b>	<b>100.837</b>	<b>340.299</b>	<b>301.830</b>	Provisões	19	644.085	746.060	896.101	665.856	756.263	899.769
<b>IMOBILIZADO, LÍQUIDO</b>	<b>12</b>	<b>9.575.959</b>	<b>8.981.609</b>	<b>9.115.239</b>	<b>10.200.697</b>	<b>9.672.137</b>	<b>9.868.933</b>	Provisão para planos de benefícios pós-emprego	30	219.000	191.927	148.770	219.000	191.927	148.770
<b>INTANGÍVEL, LÍQUIDO</b>	<b>13</b>	<b>626.789</b>	<b>693.040</b>	<b>818.991</b>	<b>1.730.474</b>	<b>1.793.468</b>	<b>1.923.590</b>	Operações com derivativos	31	18.542	23.282	22.148	18.542	23.282	22.148
								Outras obrigações	20	229.499	224.405	92.910	223.938	116.436	116.436
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>19.600.980</b>	<b>20.304.083</b>	<b>19.839.335</b>	<b>19.966.294</b>	<b>20.642.748</b>	<b>20.323.665</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>21</b>	<b>11.667.114</b>	<b>11.300.302</b>	<b>10.382.230</b>	<b>11.667.114</b>	<b>11.300.302</b>	<b>10.382.230</b>
								Capital social		6.575.480	6.575.480	6.575.480	6.575.480	6.575.480	6.575.480
								Reservas de capital		2.733.562	2.733.562	2.733.562	2.733.562	2.733.562	2.733.562
								Reservas de lucros		659.556	659.556	659.556	659.556	659.556	659.556
								Prejuízos acumulados		-	(8.759)	(8.571)	-	(8.759)	(8.571)
								Outros resultados abrangentes		4.417	88.817	77.094	4.417	88.817	77.094
								Dividendo adicional proposto		1.694.099	1.251.646	395.109	1.694.099	1.251.646	395.109
								<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>19.600.980</b>	<b>20.304.083</b>	<b>19.839.335</b>	<b>19.966.294</b>	<b>20.642.748</b>	<b>20.323.665</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>14.581.961</b>	<b>14.317.360</b>	<b>15.756.144</b>	<b>15.805.955</b>
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	23	(7.874.737)	(8.221.114)	(8.792.898)	(9.091.750)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>6.707.224</b>	<b>6.096.246</b>	<b>6.963.246</b>	<b>6.714.205</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(3.123.951)</b>	<b>(2.736.361)</b>	<b>(3.416.519)</b>	<b>(3.316.227)</b>
Comercialização dos serviços	23	(2.397.267)	(2.299.036)	(2.550.741)	(2.536.902)
Despesas gerais e administrativas	23	(850.156)	(501.412)	(1.087.043)	(754.984)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(189.047)	(142.904)	2.889	18.788
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24	312.519	206.991	218.376	(43.129)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>3.583.273</b>	<b>3.359.885</b>	<b>3.546.727</b>	<b>3.397.978</b>
Resultado financeiro líquido	25	(169.461)	(235.477)	(120.738)	(188.792)
<b>LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>3.413.812</b>	<b>3.124.408</b>	<b>3.425.989</b>	<b>3.209.186</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	26	(1.014.976)	(920.319)	(1.027.153)	(1.005.097)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.398.836</b>	<b>2.204.089</b>	<b>2.398.836</b>	<b>2.204.089</b>
Atribuíveis a:					
Participação de sócios não controladores		-	-	-	-
Detentores do capital próprio da empresa controladora		2.398.836	2.204.089	2.398.836	2.204.089
Ação em circulação - milhares		505.841	505.841	505.841	505.841
Lucro básico e diluído por ação - ordinária		4,45	4,08	4,45	4,08
Lucro básico e diluído por ação - preferencial		4,89	4,49	4,89	4,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.398.836</b>	<b>2.204.089</b>	<b>2.398.836</b>	<b>2.204.089</b>
Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	(117.609)	22.251	(117.609)	22.251
Impostos sobre ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	39.987	(7.565)	39.987	(7.565)
Ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	(54.474)	20.088	(60.585)	25.526
Impostos sobre ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	18.522	(6.830)	18.522	(6.830)
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	(6.778)	(2.963)	(6.778)	(2.963)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias	(6.111)	5.438	-	-
<b>Ganho (perdas) líquido reconhecidos no Patrimônio Líquido</b>	<b>(126.463)</b>	<b>30.419</b>	<b>(126.463)</b>	<b>30.419</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.272.373</b>	<b>2.234.508</b>	<b>2.272.373</b>	<b>2.234.508</b>
Atribuíveis:				
Participação de sócios não controladores	-	-	-	-
Detentores do capital próprio da empresa controladora	2.272.373	2.234.508	2.272.373	2.234.508
Resultado básico e diluído por ação - ordinária	4,21	4,14	4,21	4,14
Resultado básico e diluído por ação - preferencial	4,63	4,56	4,63	4,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.413.812	3.124.408	3.425.989	3.209.186
Itens que não afetam o caixa	-	-	-	-
<b>Despesas (receitas) que não representam movimentação no caixa</b>	<b>2.061.160</b>	<b>3.130.396</b>	<b>2.191.094</b>	<b>3.351.983</b>
Depreciações e amortizações	1.653.771	2.281.686	1.913.494	2.505.475
Variações cambiais de empréstimos	(638)	(48.252)	(638)	(49.847)
Resultado de equivalência patrimonial	189.047	142.904	(2.889)	(18.788)
(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	(309.467)	(1.645)	(317.486)	14.374
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	327.302	426.387	386.340	564.580
Pensão e outros benefícios pós-aposentadoria	5.187	6.902	4.504	6.433
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	(45.047)	1.688	(33.502)	8.204
Despesas de juros	240.367	316.943	240.367	317.008
Outros	638	3.783	904	4.544
(Aumento) redução no ativo operacional:	<b>(283.371)</b>	<b>(824.132)</b>	<b>(282.502)</b>	<b>(840.295)</b>
Contas a receber de clientes líquidos	35.558	(301.893)	87.501	(395.235)
Outros ativos circulantes	2.049	(239.361)	9.776	(188.857)
Outros ativos não circulantes	(320.978)	(282.878)	(379.779)	(256.203)
Aumento (redução) no passivo operacional:	<b>(768.514)</b>	<b>(1.080.201)</b>	<b>(802.323)</b>	<b>(1.271.401)</b>
Pessoal, encargos e benefícios	168.256	(27.358)	166.994	(9.584)
Contas a pagar e despesas provisionadas	48.281	126.146	95.036	80.213
Impostos, taxas e contribuições	50.243	(58.048)	38.215	(64.994)
Outros passivos circulantes	152.190	(262.813)	43.621	(272.808)
Imposto				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**  
 (Em milhares de reais)

**1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES**
**a. Do controle acionário**

A Companhia é controlada por São Paulo S.A. - Telesp, a seguir denominada "Companhia" ou "Telesp", tem sua sede à Rua Martiniano de Carvalho, 851, na capital do Estado de São Paulo. A Telesp pertence ao Grupo Telefônica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de dezembro de 2010, a Telefônica S.A., empresa holding do Grupo, possuía uma participação total indireta no capital social da Companhia de 87,95%, sendo 85,57% nas ações ordinárias e 89,13% nas ações preferenciais.

**b. Das operações**

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no Estado de São Paulo através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC outorgado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil (nota 1.c adiante). A Companhia também possui, diretamente ou através de suas subsidiárias, autorizações da Anatel para a prestação de outros serviços de telecomunicações, como comunicação de dados para o mercado empresarial, internet em banda larga (prestado sob a marca *Speedy e Ajato*) e os serviços de TV por assinatura (i) via satélite em todo país (*Telefônica TV Digital*) e (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. As autorizações de uso das frequências de 2,5GHz associadas ao serviço de TV por assinatura via MMDS foram prorrogadas em 16 de fevereiro de 2009 com validade até 2024 e aguardam a definição das condições de renovação e pagamento pela Anatel.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa. É também registrada na *Securities and Exchange Commission - SEC*, nos EUA, e suas *American Depository Shares - ADS's* - nível II, listadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

**c. Do Contrato de Concessão do STFC**

A Companhia é concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas nos setores 31, 32 e 34 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo, estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 22 de dezembro de 2005, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2006, outorgado a título oneroso e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 02 de maio de 2011, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite a Anatel estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

O Contrato de Concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo residual dos bens reversíveis é estimado em R\$6.925.052 (R\$6.954.479 em 31 de dezembro de 2009), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar uma taxa de renovação equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. O próximo pagamento ocorrerá em 2011 com base nas receitas de 2010.

**d. Das controladas e subsidiárias integrais**
**A. Telecom S.A.:**

Subsidiária integral da Companhia, tem como objeto a prestação de serviços de telecomunicações e dados, e na manutenção de rede de telefonia interna do cliente. Os principais serviços são:

(i) Condomínio Digital, solução integrada de equipamentos e serviços para a transmissão de voz, dados e imagens em edifícios comerciais até 31 de dezembro de 2009. A partir desta data esses serviços passaram a ser prestados pela Telesp, conforme reestruturação mencionada na nota 2.a;

(ii) Instalação, conserto, troca e ampliação de novos pontos de fiação de telefonia interna em residências e empresas;

(iii) Telefônica, provedor de acesso gratuito à internet;

(iv) Speedy Wi-Fi, serviço de banda larga para acesso sem fio à internet;

(v) Speedy Corp, provedor de banda larga desenvolvido especialmente para o mercado corporativo;

(vi) Posto Informático, solução integrada de serviços de acesso a internet, conectividade em rede privada e locação de equipamentos de informática, sendo que a partir de agosto de 2010 o serviço de acesso pela internet passou a ser prestado pela Telesp;

(vii) Produto At-home, soluções de automação residencial que está compreendido entre os serviços de consultoria e elaboração de projetos de automação e instalação e configuração da solução.

(viii) Serviço de TV por assinatura via satélite (Direct to Home - DTH) em todo o país e via óptica - IPTV (Internet Protocol Television). O DTH é um tipo especial de serviço de TV por assinatura que utiliza satélites para a distribuição direta de sinais de televisão e áudio para os assinantes.

**Telefônica Sistema de Televisão S.A.:**

A Telefônica Sistema de Televisão S.A. ("TST") tem como objetivo a prestação de serviços de televisão por assinatura na modalidade Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), além de prestações de serviços de telecomunicações e internet.

**Telefônica Data S.A.:**

Tem como objetivo a prestação e exploração de serviços de telecomunicações, bem como a elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados com a exploração de soluções empresariais integradas, consultoria em telecomunicações, atividades relacionadas a prestação de serviços de assistência técnica, comercialização, locação e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações.

**Aliança Atlântica Holding B.V.:**

Empresa com sede em Amsterdã, Holanda, cujo principal ativo era a participação direta de 0,61% na Portugal Telecom, cujas ações foram vendidas em junho de 2010. Atualmente, a participação no capital da Aliança Atlântica é de 50% para a Companhia e 50% para a Telefônica S.A. Esta holding está em processo de encerramento e consequentemente divisão do ativo existente que estão avaliados a valor de liquidação.

**Companhia AIX de Participações:**

Tem como objeto social a exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterráneas de dutos para fibras ópticas. Atualmente a participação da Companhia na Companhia AIX de Participações é de 50%.

**Companhia ACT de Participações:**

Tem por objeto prestar assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio. Atualmente, a participação da Companhia na Companhia ACT de Participações é de 50%.

**2. EVENTOS SOCIETÁRIOS EM 2009 E 2010**
**a. Reestruturação societária envolvendo a A. Telecom S.A.:**

Em 30 de dezembro de 2009 conforme aprovado em Assembleia Geral dos Acionistas ocorreu a cisão parcial da A. Telecom e posterior incorporação da parte cindida pela Companhia. Essa operação contemplou a transferência de ativos fixos e direitos relacionados a uma parcela da carteira de clientes da A. Telecom. O acervo líquido incorporado pela Telesp foi de R\$99.293.

**b. Incorporação da TS Tecnologia da Informação Ltda.:**

Em 22 de maio de 2009 a controlada indireta TS Tecnologia da Informação Ltda. foi incorporada pela sua controladora Telefônica Data S.A. pelos valores registrados nos livros contábeis e conforme laudo de avaliação, sendo extinta após esta operação.

**c. Outros eventos**

As administrações de Vivo Participações S.A. ("Vivo Part.") e da Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp ("Telesp") (conjuntamente referidas como "Companhias"), na forma e para os fins das Instruções CVM nº 319/99 e 358/02, informaram que em 27/12/2010 foi aprovada, pelo seu respectivo Conselho de Administração, uma proposta de reestruturação societária concernente à incorporação de ações da Vivo Part. pela Telesp, visando a unificação da base acionária das Companhias ("Reestruturação Societária"), conforme Fato Relevante publicado em 28/12/2010 no jornal Valor Econômico e 29/12/2010 no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A Reestruturação Societária visa simplificar a estrutura organizacional atual das Companhias, ambas abertas e listadas na BM&FBOVESPA e com *American Depository Receipts* ("ADRs") negociados nos Estados Unidos da América, propiciando aos seus respectivos acionistas a participação em uma única sociedade com ações negociadas nas bolsas brasileira e norte-americana, com maior liquidez, bem como racionalizar a estrutura de custos das Companhias e auxiliar na integração dos negócios e na geração de sinergias daí decorrentes, impactando positivamente as Companhias. Para a implementação da Reestruturação Societária serão adotadas as recomendações contidas no Parecer de Orientação CVM nº 35/08 e para tal foram constituídos na Vivo Part. e na Telesp comitês especiais independentes ("Comitês Especiais"), para negociarem a relação de substituição de ações e manifestarem a respeito das demais condições da Reestruturação Societária que vierem a ser propostas, para posteriormente submeterem as suas recomendações aos Conselhos de Administração das Companhias.

Além disso, serão contratados assessores financeiros e empresas especializadas para a elaboração de estudos complementares relativos à operação e a posterior elaboração dos laudos de avaliação das Companhias, que servirão como parâmetro para o estabelecimento das relações de substituição e do aumento de capital decorrente da incorporação de ações e, ainda, para fins do disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76.

A Reestruturação Societária será objeto de deliberação dos acionistas em Assembleias Gerais Extraordinárias, especialmente convocadas oportunamente por editais de convocação para essa finalidade, garantindo o direito de recesso aos acionistas dissidentes, na forma da lei.

**3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010.

De acordo com a Instrução CVM 457/2007, as companhias de capital aberto devem apresentar as demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2010, bem como as informações comparativas do exercício de 2009, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, tendo como base os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela CVM, os quais estão convergentes com as normas internacionais de contabilidade.

A Companhia declara que as demonstrações contábeis consolidadas estão em total conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010.

Os efeitos da primeira adoção das normas internacionais de contabilidade estão apresentados na nota 3.1 adiante. A Companhia não antecipa a adoção de qualquer novo pronunciamento emitido pelo IASB com início de vigência obrigatória posterior a 31 de dezembro de 2010 (nota 4.1).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam o mesmo resultado e patrimônio líquido. A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 31 de janeiro de 2011.

**3.1. PRIMEIRA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) E DOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)**

A aplicação das IFRS e CPC's na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e controladora, respectivamente, implica em algumas alterações relacionadas às formas de apresentação e avaliação que vinham sendo aplicadas até 31 de dezembro de 2009, pois determinadas políticas e requisitos estabelecidos pelas IFRS e CPC diferem substancialmente das práticas contábeis até então adotadas no Brasil.

A adaptação das demonstrações contábeis consolidadas à normativa contábil internacional foi realizada aplicando-se a IFRS 1 - *First Time Adoption of International Financial Reporting Standards* (CPC 37R e CPC 43R1) que trata da adoção inicial das IFRS. A Companhia elaborou seu balanço de abertura com a data de transição de 01/01/2009 (data base 31/12/2008).

Conforme requerido pela IFRS 1 (CPC 37R) a Companhia aplicou para a preparação das demonstrações contábeis de todos os períodos apresentados, as normas em vigor em 31 de dezembro de 2010, exceto pelas exceções na mencionada norma.

Balanço de Abertura em 01/01/2009 (Controladora)	BRGAAP Balanço Publicado	Reclassificações BRGAAP (Nota 3.1.2 f)	Ajustes CPC's	Nota 3.1.2	Saldo Final Balanço de Abertura
<b>Ativo Circulante</b>	<b>5.870.998</b>	<b>(582.167)</b>	<b>2.807</b>		<b>5.291.638</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.597.606	-	-		1.597.606
Contas a receber de serviços, líquidas	2.853.548	-	-		2.853.548
Tributos diferidos e a recuperar	925.877	(582.167)	-		343.710
Estoques	114.735	-	-		114.735
Operações com derivativos	80.214	-	-		80.214
Outros ativos	299.018	-	-	c	301.825
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>13.639.320</b>	<b>880.191</b>	<b>28.186</b>		<b>14.547.697</b>
Tributos diferidos e a recuperar	835.452	114.065	29.003	e	978.520
Depósitos Judiciais	678.583	428.589	-		1.107.172
Outros ativos	109.363	-	-		109.363
<b>Investimentos</b>	<b>1.353.640</b>	<b>1.064.644</b>	<b>129</b>		<b>2.418.413</b>
<b>Imobilizado, Líquido</b>	<b>9.115.239</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>9.115.239</b>
<b>Intangível, Líquido</b>	<b>1.547.043</b>	<b>(727.107)</b>	<b>(945)</b>		<b>818.991</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>19.510.318</b>	<b>298.024</b>	<b>30.993</b>		<b>19.839.335</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>5.399.517</b>	<b>9.294</b>	<b>(328.987)</b>		<b>5.079.824</b>
Empréstimos e financiamentos	454.188	-	-		454.188
Debêntures	16.339	-	-		16.339
Fornecedores	2.030.787	-	-		2.030.787
Impostos, taxas e contribuições a recolher	847.363	9.294	-		856.657
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.153.670	-	(395.109)	d	758.561
Pessoal, encargos e benefícios sociais	163.372	-	-		163.372
Provisões	128.451	-	-		128.451
Operações com derivativos	15.200	-	-		15.200
Outras obrigações	590.147	-	66.122	b	656.269

Balanço de Abertura em 01/01/2009 (Controladora)	BRGAAP Balanço Publicado	Reclassificações BRGAAP (Nota 3.1.2 f)	Ajustes CPC's	Nota 3.1.2	Saldo Final Balanço de Abertura
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>4.065.109</b>	<b>288.730</b>	<b>23.442</b>		<b>4.377.281</b>
Empréstimos e financiamentos	1.717.352	-	-		1.717.352
Debêntures	1.500.000	-	-		1.500.000
Impostos, taxas e contribuições	40.151	67.585	-		107.736
Provisões	567.220	221.145	-		788.365
Provisão p/planos de benefícios pós-emprego	148.770	-	-		148.770
Operações com derivativos	22.148	-	-		22.148
Outras obrigações	69.468	-	23.442	b	92.910
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>10.045.692</b>	<b>-</b>	<b>336.538</b>		<b>10.382.230</b>
Capital social	6.575.480	-	-		6.575.480
Reserva especial de ágio	63.074	-	-		63.074
Reservas de capital	2.670.488	-	-		2.670.488
Reservas de Lucros	659.556	-	-		659.556
Resultado Exercício Anterior	-	-	(58.571)		(58.571)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	395.109	d	395.109
Ajuste de Avaliação Patrimonial	76.232	-	-		76.232
Ajuste Acumulado de Conversão	862	-	-		862
<b>Total do Passivo</b>	<b>19.510.318</b>	<b>298.024</b>	<b>30.993</b>		<b>19.839.335</b>

Balanço de Abertura em 01/01/2009 (Consolidado)	BRGAAP Balanço Publicado	Reclassificações BRGAAP (Nota 3.1.2 f)	Ajustes IFRS	Nota 3.1.2	Saldo IFRS
<b>Ativo Circulante</b>	<b>6.459.832</b>	<b>(584.300)</b>	<b>2.935</b>		<b>5.878.467</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.741.006	-	-		1.741.006
Contas a receber de serviços, líquidas	3.152.831	-	-		3.152.831
Tributos diferidos e a recuperar	1.032.517	(584.300)	-		448.217
Estoques	164.410	-	-		164.410
Operações com derivativos	95.747	-	-		95.747
Outros ativos	273.321	-	2.935	c	276.256
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>13.532.177</b>	<b>884.963</b>	<b>28.508</b>		<b>14.445.198</b>
Contas a receber de serviços, líquidas	61.563	-	-		61.563
Tributos diferidos e a recuperar	845.240	116.199	29.003	e	990.442
Depósitos Judiciais	711.300	431.228	-		1.142.528
Outros ativos	156.312	-	-		156.312
<b>Investimentos</b>	<b>301.830</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>301.830</b>
<b>Imobilizado, Líquido</b>	<b>9.868.933</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>9.868.933</b>
<b>Intangível, Líquido</b>	<b>1.586.999</b>	<b>337.536</b>	<b>(945)</b>		<b>1.923.590</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>19.992.009</b>	<b>300.663</b>	<b>30.993</b>		<b>20.323.665</b>

Passivo Circulante	5.846.874	11.823	(328.987)		5.529.710
Empréstimos e financiamentos	502.033	-	-		502.033
Debêntures	16.339	-	-		16.339
Fornecedores	2.314.698	-	-		2.314.698
Impostos, taxas e contribuições a recolher	926.437	11.823	-		938.260
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.153.670	-	(395.109)	d	758.561
Pessoal, encargos e benefícios sociais	174.672	-	-		174.672
Provisões	128.488	-	-		128.488
Operações com derivativos	15.200	-	-		15.200
Outras obrigações	614.867	-	66.122	b	680.989
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>4.099.443</b>	<b>288.840</b>	<b>23.442</b>		<b>4.411.725</b>
Empréstimos e financiamentos	1.717.352	-	-		1.717.352
Debêntures	1.500.000	-	-		1.500.000
Impostos, taxas e contribuições	47.401	67.585	-		114.986
Provisões	570.778	221.255	-		792.033
Provisão p/planos de benefícios pós-emprego	148.770	-	-		148.770
Operações com derivativos	22.148	-	-		22.148
Outras obrigações	92.994	-	23.442	b	116.436
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>10.045.692</b>	<b>-</b>	<b>336.538</b>		<b>10.382.230</b>
Capital social	6.575.480	-	-		6.575.480
Reserva especial de ágio	63.074	-	-		63.074
Reservas de capital	2.670.488	-	-		2.670.488
Reservas de Lucros	659.556	-	-		659.556
Resultado Exercício Anterior	-	-	(58.571)		(58.571)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	395.109	d	395.109
Ajuste de Avaliação Patrimonial	76.232	-	-		76.232
Ajuste Acumulado de Conversão	862	-	-		862
<b>Total do Passivo</b>	<b>19.992.009</b>	<b>300.663</b>	<b>30.993</b>		<b>20.323.665</b>

**3.1.1 Isenções e Exceções aplicadas na adoção inicial das IFRS no balanço de abertura**

A norma IFRS 1 (CPC 37R) dispõe sobre casos de isenções opcionais para a adoção retroativa

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais)

### 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a. Contas a receber de serviços, líquidas:** estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratuais ajustado pelo montante estimado de eventuais perdas pela falta de pagamento. Estão incluídos os serviços já faturados e os ainda não faturados na data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

**b. Materiais de estoques:** estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquidos de ajuste ao valor de realização. Compreende os materiais destinados a consumo, manutenção ou revenda, neste último, principalmente os equipamentos tratados como arrendamento mercantil financeiro (ver nota 4.1).

**c. Investimentos:** as participações societárias em controladas, controladas em conjunto, coligadas e os investimentos em coligadas sobre as quais é exercida influência significativa, estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os investimentos em controladas são consolidados integralmente, e os investimentos em controladas em conjunto são consolidados de forma proporcional. A data base para equivalência patrimonial e consolidação é 31 de dezembro de cada exercício. Segue adiante a relação de controladas para os exercícios de 2010 e 2009:

Controladas	2010	2009
A.Telecom S.A.	100%	100%
Telefônica Data S.A.	100%	100%
Telefônica Sistemas de Televisão S.A.	100%	100%
Aliança Atlântica Holding B.V. (*)	50%	50%
Companhia AIX de Participações (*)	50%	50%
Companhia ACT de Participações (*)	50%	50%

(\*) Controladas em conjunto

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

As variações cambiais do patrimônio líquido da controlada em conjunto Aliança Atlântica são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em Ajuste Acumulado de Conversão.

**d. Imobilizado:** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente (ver nota 12 - Imobilizado).

**e. Intangível (incluindo o ágio):** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. A amortização é realizada pelo método linear para ativos intangíveis de vida útil definida com base no prazo de vida útil estimada. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo realizado teste de recuperabilidade anualmente ou quando existam indícios de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Ágios gerados até 31 de dezembro de 2008 na aquisição de investimentos e fundamentados em rentabilidade futura são tratados como intangíveis de vida útil indefinida. Como forma de validar a inexistência de perdas por este conceito, a Companhia avalia o valor recuperável da unidade geradora de caixa correspondente ao ágio.

**f. Arrendamento mercantil:** os contratos que contêm cláusulas de uso de ativos específicos são avaliados para identificar o tratamento contábil a ser aplicado sob a perspectiva de arrendamento mercantil. Os contratos em que o arrendador transfere de forma significativa os riscos e benefícios ao arrendatário são classificados como arrendamento mercantil financeiro. A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Como arrendadora, a controlada A.Telecom possui contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Posto Informático), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida ao taxas a Receber. Como arrendatária em contratos classificados como arrendamento financeiro, a Companhia registra um ativo imobilizado no início do período de arrendamento, classificado de acordo com sua natureza, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato em contrapartida a Outras Obrigações. A diferença entre o valor nominal das parcelas e o contas a receber/pagar registrado é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Os contratos em que o arrendador conserva parte significativa dos riscos e benefícios são considerados como arrendamento mercantil operacional, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

**g. Análise de recuperabilidade dos ativos:** a Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos (incluindo entre outros, imobilizado, ágios e intangível) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, ou anualmente para os ágios conforme requerido, é estimado o valor recuperável, como o maior valor entre o valor justo menos custos de venda e o valor de uso. Para determinar o valor de uso, são considerados os fluxos de caixa futuros gerados através do uso do ativo ou de sua unidade geradora de caixa, conforme o caso correspondente, os quais são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições de mercado atuais para o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos associados ao ativo específico. Quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**h. Instrumentos Financeiros e caixa e equivalentes de caixa:**

#### Reconhecimento inicial e mensuração

##### (i) Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam valores em espécie, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas de contratação com liquidez imediata.

##### (ii) Ativos Financeiros

###### Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

###### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

###### Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e sobre os custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado, se e quando aplicáveis.

###### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

Quando o investimento é desconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações contábeis. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

###### Baixas

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na expansão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

###### (iii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

###### Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativas. Se a perda puder ser identificada, mas não há evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

###### Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável e cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada - mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado - é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

###### (iv) Passivos financeiros

###### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

###### Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilidade de *hedge* definidos pela norma correspondente.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

###### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

###### Baixas

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

###### (v) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

###### (vi) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

###### i. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de cobertura ("hedge accounting"):

###### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Qualquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, os contratos da Companhia foram classificados como *hedge* de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge* o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

*Hedges* de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma:

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

###### Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos financeiros não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregado em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Companhia manter um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedges*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

• Os instrumentos derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

**j. Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis grau de risco provável de desembolso futuro e que possam ser mensuradas com segurança.

As provisões estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, cíveis e tributárias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

**k. Planos de benefícios pós-emprego:** a Companhia patrocina individualmente planos de aposentadoria para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de assistência médica para ex-empregados. Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma intermediada em Outros Resultados Abrangentes.

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido, menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado a soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

**l. Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**m. Reconhecimento das receitas:** as receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. A receita não faturada entre a data do último faturamento até a data do balanço é reconhecida no mês em que o serviço é prestado.

As receitas da Companhia compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, dados e serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos são diferidas e reconhecidas no resultado com base na estimativa de utilização dos cartões.

As receitas de contratos de locação de equipamentos são classificadas como arrendamento financeiro e reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. A receita é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Impostos sobre Serviços - ISS.

**n. Saldos e transações em moeda estrangeira:** a moeda funcional da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira.

**o. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social inclui os efeitos de impostos correntes e diferidos.

O valor contábil dos ativos e passivos referentes ao imposto corrente do período em curso e de períodos anteriores representa o montante que se estima recuperar ou a pagar às autoridades tributárias. As taxas fiscais e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são as que estão vigentes na data do balanço. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

O valor dos impostos diferidos é obtido a partir da análise do balanço considerando as diferenças temporárias, que são aquelas geradas por diferenças entre os valores fiscais de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Na data do balanço os ativos por impostos diferidos são registrados na medida em que for provável sua realização com base em lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido.

**p. Taxa de renovação do contrato de concessão:** valor a ser pago em cada ano ímpar durante a vigência do contrato de concessão equivale a 2% da receita líquida do ano anterior gerada pelos serviços do STFC previstos em contrato. A despesa correspondente é reconhecida proporcionalmente durante cada biênio (nota 23).

**q. Estimativas contábeis:** a preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

###### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para métodos de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada na finta de extrapolção. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota 31.

###### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

###### Benefícios Pós-Emprego

O custo de planos de aposentadoria de benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensões se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 30.

###### Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

###### Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

###### Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado:

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

• Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e suas controladas e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

• Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

• Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**  
 (Em milhares de reais)

A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma complementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

**4.1 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E INTERPRETAÇÕES EMITIDOS PELO IASB**

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações emitidos pelo IASB foram publicados, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2010:

		Aplicação obrigatória: para exercícios iniciados a partir de
<b>Novas Normas</b>		
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2013
IAS 24 Revisada	Partes Relacionadas: Divulgação	1º de janeiro de 2011
<b>Emendas às Normas existentes</b>		
Emenda ao IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação	Classificação de emissões de direitos sobre ações	1º de fevereiro de 2010
Emendas ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação	Transferência de Ativos Financeiros	1º de janeiro de 2013
<b>Novas Interpretações</b>		
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com instrumentos de patrimônio	1º de julho de 2010
Emenda a IFRIC 14	Pagamentos antecipados quando há obrigação de se manter um nível mínimo de financiamento	1º de janeiro de 2011

A Companhia está analisando o impacto decorrente à aplicação dessas normas, emendas e interpretações. Baseando-se em análises preliminares, a Companhia não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis consolidadas na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa e contas bancárias	4.257	4.481	12.885	8.930	10.120	31.993
Aplicações financeiras	1.084.832	1.993.232	1.584.721	1.547.785	2.266.896	1.709.013
Total	1.089.089	1.997.713	1.597.602	1.556.715	2.277.016	1.741.006

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a CDBs, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

**6. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Valores faturados	1.766.551	2.166.538	2.269.588	2.042.760	2.622.613	2.608.012
Valores a faturar	1.196.912	1.223.796	1.233.242	1.336.441	1.266.049	1.374.080
Contas a receber bruto	2.963.463	3.390.334	3.502.830	3.379.201	3.888.662	3.982.092
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(607.450)	(671.460)	(649.588)	(765.633)	(833.639)	(767.698)
Total	2.356.013	2.718.874	2.853.242	2.613.568	3.055.023	3.214.394
A vencer	1.789.232	1.831.094	1.888.812	2.147.380	2.245.950	2.248.736
Vencidas - 01 a 30 dias	379.011	590.492	508.523	403.738	597.410	530.238
Vencidas - 31 a 60 dias	97.502	129.866	197.231	101.943	130.331	195.213
Vencidas - 61 a 90 dias	45.115	60.129	111.791	49.404	66.949	113.101
Vencidas - 91 a 120 dias	41.008	51.901	110.594	44.018	56.299	110.720
Vencidas - mais de 120 dias	611.595	726.852	685.879	721.492	849.229	784.084
Total	2.963.463	3.390.334	3.502.830	3.467.975	3.946.168	3.982.092
Circulante	2.356.013	2.718.874	2.853.548	2.546.225	2.988.798	3.152.831
Não circulante	-	-	-	67.343	66.225	61.563

Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PDD

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	(671.460)	(649.282)	(833.639)	(767.698)
Provisão debitada à despesas de comercialização de serviços (Nota 23)	(327.302)	(426.387)	(386.340)	(564.580)
Baixas	391.312	404.209	454.346	498.639
Saldo final	(607.450)	(671.460)	(765.633)	(833.639)

A controladora A. Telecom possui o produto "Posto Informático" que consiste na locação de equipamentos de informática ao contrato de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 como "Arrendamento Mercantil Financeiro" (nota 4.f).

O saldo consolidado do contas a receber de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 contempla os seguintes efeitos:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	01/01/2009	2010
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	112.352	125.234	139.214	139.214
Receita financeira não realizada	23.213	21.231	20.154	20.154
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber no final do exercício	135.565	146.465	159.368	159.368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.102)	(22.576)	(26.159)	(26.159)
Total dos valores a receber líquidos	117.463	123.889	133.209	133.209
Circulante	45.009	59.009	77.651	77.651
Não circulante	67.343	66.225	61.563	61.563

Cronograma de vencimentos:

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	45.009	45.009
A vencer até cinco anos	90.556	67.343
Total	135.565	112.352

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

**7. MATERIAIS DE ESTOQUES**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Materiais para consumo	73.584	117.246	128.948	74.682	118.030	129.600
Materiais para revenda (*)	46.632	57.747	57.192	92.461	97.524	106.734
Outros estoques	7.806	8.810	13.622	10.052	8.810	13.622
Ajuste a valor de realização e provisão para obsolescência	(92.920)	(70.237)	(85.027)	(99.696)	(75.928)	(85.546)
Total circulante	35.102	113.566	114.735	77.499	148.436	164.410

(\*) Contempla, entre outros, estoque de equipamentos de informática.

A provisão sobre os itens de estoques leva em consideração análises tempestivas realizadas pela Companhia.

**8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR**
**8.1 Tributos a recuperar**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Impostos e contribuições retidos na fonte	70.558	71.120	63.170	91.185	92.019	77.370
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13.422	26.951	10.539	27.088	35.021	36.755
ICMS (*)	397.745	387.701	298.410	534.323	476.523	357.897
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06	313.177	222.042	98.295	313.177	222.042	98.295
Outros	6.509	7.956	2.693	20.261	30.971	14.128
Total	801.411	715.770	473.107	986.034	856.576	584.445
Circulante	480.691	579.980	343.710	659.357	712.663	448.217
Não circulante	320.720	135.790	129.397	326.677	143.913	136.228

(\*) Refere-se em grande parte a créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

**8.2 Tributos diferidos**

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2010.

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo diferido						
IR sobre prejuízos fiscais e CSSL sobre base negativa de controladas	-	-	-	2.325	1.716	5.091
Provisões para ações trabalhistas, tributárias e cíveis	302.607	315.977	340.850	302.607	315.977	340.850
Planos de benefícios pós-emprego	74.460	65.255	50.581	74.460	65.255	50.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	100.194	95.057	94.691	100.194	95.057	94.691
Provisão Fust	73.251	58.069	42.370	73.251	58.069	42.370
Provisão para perda de modens	46.318	46.224	57.600	46.318	46.224	57.600
Participação nos resultados	38.730	15.997	24.325	38.730	15.997	24.325
Provisão para ajuste de realização dos estoques	31.593	23.880	28.909	31.593	23.880	28.909
Crédito fiscal incorporado - DABR (*)	34.691	47.305	59.920	34.691	47.305	59.920
Outras provisões indedutíveis	129.798	124.094	158.907	129.798	123.489	155.557
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	180.045	135.543	122.491	180.045	135.737	125.841
Total	1.011.687	926.401	980.644	1.014.012	928.706	985.735

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Passivo diferido						
Lei da Inovação	238.957	192.377	73.224	238.957	192.377	73.224
Variação cambial	25.811	25.702	-	25.811	25.702	-
Crédito fiscal incorporado (*)	136.015	59.673	-	136.015	59.673	-
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	109.550	86.890	58.297	109.550	86.890	58.297
Total	510.333	364.642	131.521	510.333	364.642	131.521
Total não circulante	501.354	561.759	849.123	503.679	564.064	854.214

(\*) Referem-se aos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

A Companhia prevê a realização dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2010, conforme demonstrado:

Ano	Controladora	Consolidado
2011	459.356	461.681
2012	150.314	150.314
2013	170.649	170.649
2014	77.271	77.271
2015	69.785	69.785
2016 em diante	84.312	84.312
Total	1.011.687	1.014.012

Os valores de recuperação acima estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Os prejuízos fiscais e diferenças temporárias que correspondem a R\$ 123.597 e R\$ 83.777 (R\$ 106.166 e R\$ 109.670 em dezembro de 2009), respectivamente, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos pelas controladas em 31 de dezembro de 2010 em virtude de não haver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Movimentação do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2010
Prejuízo fiscal	1.716	609	-	2.325
Outros ativos diferidos	926.990	111.175	(26.478)	1.011.687
Total	928.706	111.784	(26.478)	1.014.012
	Consolidado			
	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2009
Prejuízo fiscal	5.091	-	(3.375)	1.716
Outros ativos diferidos	980.644	15.039	(68.693)	926.990
Total	985.735	15.039	(72.068)	928.706

Movimentação do passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2010
Passivo diferido	364.642	207.869	(3.669)	(58.509)	510.333
Total	364.642	207.869	(3.669)	(58.509)	510.333

**9. OUTROS ATIVOS**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamentos	51.972	44.734	24.497	53.704	46.466	41.774
Despesas pagas antecipadamente	40.623	43.997	34.216	41.372	45.420	34.758
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	208.696	173.625	187.392	95.452	120.257	130.426
Superávit plano de pensão (nota 4.k)	-	-	2.807	-	-	2.936
Outros ativos	112.471	140.918	52.913	116.959	143.249	66.362
Total circulante	413.762	403.274	301.825	307.487	355.392	276.256
Despesas pagas antecipadamente	24.647	35.638	31.941	24.647	35.639	31.941
Créditos junto a Barramar S.A. (a)	-	-	-	56.700	61.151	62.526
Valores vinculados ao Tesouro Nacional	12.884	12.005	11.289	12.884	12.005	11.289
Superávit plano de pensão (nota 4.k)	26.561	59.149	-	27.171	65.186	-
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	33.847	40.868	40.980	16.943	23.541	22.864
Outros ativos	36.406	42.761	25.153	40.110	46.900	27.692
Total não circulante	134.345	190.421	109.363	178.455	244.422	156.312

(a) Referem-se a créditos com a empresa Barramar S.A., registrados na Companhia AIX de Participações, líquidos da provisão para perdas.

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado				
--	-------------	--	--	--	--

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora					Saldo em 31/12/2009
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Cisão	
Equipamentos de comutação	12,50	1.026.537	34.650	-	-	1.036.035
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 12,50	3.391.366	269.013	(6.987)	-	3.613.392
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	847.968	435.743	(901)	99.142	1.381.712
Infraestrutura	4,00 a 12,50	3.122.873	20.719	(11.082)	-	3.131.510
Outros	10,00 a 20,00	180.263	65.100	(423)	-	234.940
Bens e instalações em andamento		546.232	994.006	(6.290)	(1.031.428)	502.520
<b>Total</b>		<b>9.115.239</b>	<b>1.819.231</b>	<b>(25.683)</b>	<b>99.142</b>	<b>(55.812)</b>
Taxa média anual de depreciação %		10,27				10,47

	Consolidado					Saldo em 31/12/2010
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transfe-rências	
Equipamentos de comutação	12,50	1.038.595	115.444	91	295.996	1.234.081
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 12,50	3.354.558	339.740	(4.188)	391.947	3.709.166
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.183.554	575.672	(4.121)	79.378	1.724.037
Infraestrutura	4,00 a 12,50	2.990.801	71.235	(40.405)	96.139	3.066.265
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	327.898	17.066	(261)	(82.586)	187.343
Outros	10,00 a 20,00	225.996	64.325	(1.299)	5.729	218.469
Provisões para perda (a)		(15.985)	7	-	(25.395)	(41.373)
Bens e instalações em andamento		566.820	1.013.334	(12.170)	(760.515)	807.469
<b>Total</b>		<b>9.672.137</b>	<b>2.196.823</b>	<b>(62.353)</b>	<b>693</b>	<b>(1.606.603)</b>
Taxa média anual de depreciação %		10,85				8,01

	Consolidado					Saldo em 31/12/2009
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transfe-rências	
Equipamentos de comutação	12,50	1.027.604	36.385	-	313.200	1.038.595
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 12,50	3.427.727	278.516	(7.472)	545.531	3.354.458
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.087.823	619.115	3.955	(55.934)	1.183.554
Infraestrutura	4,00 a 12,50	3.161.459	22.576	(11.081)	100.980	3.279.801
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	359.373	51.598	(16.600)	53.188	327.898
Outros	10,00 a 20,00	187.679	73.994	(634)	45.050	225.996
Provisões para perda (a)		(11.807)	(4.178)	-	-	(15.985)
Bens e instalações em andamento		629.075	1.003.307	(6.427)	(1.059.135)	566.820
<b>Total</b>		<b>9.868.933</b>	<b>2.081.313</b>	<b>(38.259)</b>	<b>(57.120)</b>	<b>(2.182.730)</b>
Taxa média anual de depreciação %		10,64				10,85

(a) A Companhia e suas subsidiárias reconheceram uma provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura. Abaixo seguem os valores de custo e depreciação em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	Controladora		Consolidado	
	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Depreciação acumulada	Saldo líquido
<b>2010</b>				
Equipamentos de comutação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.242)	3.672.915	19.122.768
Equipamentos terminais/Modem	4.182.292	(3.176.743)	1.005.549	4.777.349
Infraestrutura	8.368.613	(5.573.884)	2.794.729	8.477.774
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	614.921
Outros	1.328.946	(1.134.156)	194.790	1.429.962
Provisões para perda	(26.064)	-	(26.064)	(41.373)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469
<b>Total</b>	<b>45.410.024</b>	<b>(35.834.065)</b>	<b>9.575.959</b>	<b>46.984.551</b>
				<b>(36.783.854)</b>
				<b>10.200.697</b>
<b>2009</b>				
Equipamentos de comutação	11.374.630	(10.338.595)	1.036.035	11.384.240
Equipamentos e meios de transmissão	18.380.617	(15.065.834)	3.314.783	18.433.445
Equipamentos terminais/Modem	3.756.412	(2.787.914)	968.498	4.046.748
Infraestrutura	8.301.408	(5.340.173)	2.961.235	8.399.611
Materiais e equipamentos de televisão	-	(1.072.458)	-	801.479
Outros	1.270.996	-	198.538	1.367.476
Provisões para perda	502.520	-	502.520	(15.985)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469
<b>Total</b>	<b>43.586.583</b>	<b>(34.604.974)</b>	<b>8.981.609</b>	<b>44.983.834</b>
				<b>(35.311.697)</b>
				<b>9.672.137</b>

As principais aquisições no ano de 2010 foram:

- Equipamentos terminais/Modem: principalmente modems e equipamentos de terminais de grande público.
- Equipamentos e meios de transmissão: destacamos as aquisições de cabos aéreos e equipamentos de transmissão plesio-crona.
- Equipamentos de comutação: principalmente equipamentos de comutação digital de pacotes - rede IP.
- Outros: aquisições principalmente de equipamentos de informática.

Revisão da vida útil dos itens do Ativo Imobilizado  
 Durante o 1º semestre de 2010 a Companhia identificou a necessidade de adoção de novos prazos de vida útil para determinadas categorias de ativos. Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2010. Esse movimento representou tanto um alargamento quanto uma diminuição, dependendo do caso, no prazo de vida útil em relação aos praticados até 2009, gerando uma redução na despesa de depreciação de R\$399.599 para o período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

**13. INTANGÍVEL LÍQUIDO**

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Ágios	1.064.792	1.064.792	1.064.792
Outros intangíveis	665.682	728.676	858.798
<b>Total</b>	<b>1.730.474</b>	<b>1.793.468</b>	<b>1.923.590</b>

A seguir apresentamos a abertura dos ágios nas referidas datas:

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Ágios	149	149	149
Ajato Telefônica de Incd. (Incorporado da TDBH)	212.058	212.058	212.058
Ágio Speech e Figueira (TDBH) (a)	71.892	71.892	71.892
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	780.693	780.693	780.693
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	1.064.792	1.064.792	1.064.792

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.

(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações Ltda. (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.

(c) Ágio gerado na aquisição da TTP (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.

	Controladora					Saldo em 31/12/2009
	Taxa anual amort.%	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transfe-rências	
Softwares	20,00	653.005	227.138	-	(21)	607.788
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	21.768	-	-	-	14.512
Outros	10,00 a 20,00	18.267	-	-	-	4.489
<b>Total</b>		<b>693.040</b>	<b>227.138</b>	<b>-</b>	<b>(21)</b>	<b>626.789</b>
Taxa média anual de amortização %		19,80				19,96

	Consolidado					Saldo em 31/12/2009
	Taxa anual amort.%	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transfe-rências	
Softwares	20,00	755.304	128.415	-	55.097	653.005
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	29.024	-	-	-	21.768
Outros	10,00 a 20,00	34.663	1.000	-	715	18.267
<b>Total</b>		<b>818.991</b>	<b>129.415</b>	<b>-</b>	<b>55.812</b>	<b>693.040</b>
Taxa média anual de amortização %		19,93				19,80

	Consolidado					Saldo em 31/12/2010
	Taxa anual amort.%	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transfe-rências	
Softwares	20,00	682.776	239.986	-	(159)	638.975
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	21.768	-	-	-	14.512
Outros	10,00 a 20,00	24.132	4.604	-	(534)	12.195
<b>Total</b>		<b>728.676</b>	<b>244.590</b>	<b>-</b>	<b>(693)</b>	<b>665.682</b>
Taxa média anual de amortização %		19,78				19,89

As aquisições em softwares devem-se principalmente a software distribuído dentre eles o software ATIS.

	Consolidado					Saldo em 31/12/2009
	Taxa anual amort.%	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transfe-rências	
Softwares	20,00	789.028	134.160	-	56.959	682.777
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	29.024	-	-	-	21.768
Outros	10,00 a 20,00	40.746	1.343	-	161	24.131
<b>Total</b>		<b>858.798</b>	<b>135.503</b>	<b>-</b>	<b>57.120</b>	<b>728.676</b>
Taxa média anual de amortização %		19,97				19,78

	Controladora		Consolidado		Saldo líquido
	Amortização acumulada	Saldo líquido	Amortização acumulada	Saldo líquido	
<b>2010</b>					
Softwares	2.760.912	(2.153.124)	607.788	2.953.275	638.975
Carteira de clientes (Rede IP)	72.561	(58.049)	14.512	72.561	14.512
Outros	186.278	(181.789)	4.489	201.621	12.195
<b>Total</b>	<b>3.019.751</b>	<b>(2.392.962)</b>	<b>626.789</b>	<b>3.227.457</b>	<b>665.682</b>
					<b>(2.561.775)</b>
					<b>682.776</b>
<b>2009</b>					
Softwares	2.533.258	(1.880.253)	653.005	2.712.773	682.776
Carteira de clientes (Rede IP)	72.561	(50.793)	21.768	72.561	21.768
Outros	186.278	(168.111)	18.267	197.587	24.131
<b>Total</b>	<b>2.792.097</b>	<b>(2.099.057)</b>	<b>693.040</b>	<b>2.982.921</b>	<b>728.676</b>
					<b>(2.254.245)</b>

**14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Salários e honorários	24.082	19.397	18.250	25.583	20.701	19.723
Encargos e benefícios sociais	97.752	75.844	78.467	101.021	80.714	84.728
Participação de empregados nos resultados	103.243	38.314	65.269	105.841	40.770	68.835
Outras indenizações	74.800	-	1.386	74.800	-	1.386
<b>Total</b>	<b>299.877</b>	<b>133.555</b>	<b>163.372</b>	<b>307.245</b>	<b>142.185</b>	<b>174.672</b>

**15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
<b>Tributos sobre a renda</b>						
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	-	1.329	718	-
<b>Tributos indiretos</b>						
ICMS	613.244	856.172	635.657	1.009.501	954.864	945.510
PIS e COFINS	99.201	78.357	75.285	120.430	109.083	102.023
Fust e Funttel	229.563	185.204	141.633	237.791	191.047	145.529
Outros	14.607	4.613	4.387	15.922	16.085	14.513
<b>Total</b>	<b>956.615</b>	<b>856.372</b>	<b>856.657</b>	<b>1.010.830</b>	<b>955.582</b>	<b>945.510</b>
Circulante	929.829	856.372	856.657	972.123	933.298	938.260
Não circulante	26.786	-	-	38.707	22.284	7.250

(a) Os valores de Imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	2010 (1)			2009 (1)			01/01/2009 (1)		
				2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+3,73%	Até 2015	1.715.580	1.917.521	1.708.804	-	-	-	-	-	
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+1,73%	Até 2015	92.842	6							



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes de impostos	3.413.812	3.124.408	3.425.989	3.209.186
Imposto de renda e contribuição social	(1.160.696)	(1.062.299)	(1.164.836)	(1.091.123)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	(64.276)	(48.588)	982	6.387
Juros sobre capital próprio prescritos	(7.483)	(14.407)	(7.483)	(14.407)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	(60.726)	(109.670)
Despesas inadotáveis, brindes, incentivos e dividendos recebidos	(11.916)	(21.964)	(24.532)	(23.237)
Despesas de juros sobre capital próprio	201.280	205.700	201.280	205.700
Outros itens				
Incentivos (culturais, alimentação e transporte)	28.115	21.239	28.162	21.253
Total geral (IRPJ + CSLL)	(1.014.976)	(920.319)	(1.027.153)	(1.005.097)
Taxa efetiva	30%	29%	30%	31%
IRPJ e CSLL corrente	896.082	647.349	908.259	729.342
IRPJ e CSLL diferido	118.894	272.970	118.894	275.755
Total geral (IRPJ + CSLL)	1.014.976	920.319	1.027.153	1.005.097

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 8.2.

**27. RESULTADO POR AÇÃO**

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações ordinárias até a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes à potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

	2010	2009
	Lucro líquido do período atribuído aos acionistas:	2.398.836
Ordinários	749.615	688.759
Preferenciais	1.649.221	1.515.330
Número de Ações:	505.841	505.841
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	168.609	168.609
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	337.232	337.232
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	4,45	4,08
Ações preferenciais	4,89	4,49

**28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS**

Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

Consolidado	Telefônica							
	Atento Brasil S.A.	TIWS Brasil Ltda.	Grupo Vivo	Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	Telefônica S.A.	Outras	Total 2010	2009
<b>ATIVO</b>								
<b>Ativo Circulante</b>	<b>8.250</b>	<b>1.752</b>	<b>312.910</b>	<b>13.167</b>	<b>51</b>	<b>103.537</b>	<b>439.667</b>	<b>643.407</b>
Contas a receber de serviços	4.865	1.674	312.199	710	-	24.777	344.215	523.150
Outros ativos	3.385	78	711	12.457	51	78.770	95.452	120.257
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>134</b>	<b>427</b>	<b>1.943</b>	<b>92</b>	<b>14.347</b>	<b>16.943</b>	<b>23.541</b>
Outros ativos	-	134	427	1.943	92	14.347	16.943	23.541
<b>Total de Ativos</b>	<b>8.250</b>	<b>1.886</b>	<b>313.337</b>	<b>15.110</b>	<b>143</b>	<b>117.884</b>	<b>456.610</b>	<b>666.948</b>
<b>PASSIVO</b>								
<b>Passivo circulante</b>	<b>104.330</b>	<b>24.072</b>	<b>343.365</b>	<b>20.200</b>	<b>35.543</b>	<b>182.020</b>	<b>709.530</b>	<b>863.707</b>
Fornecedores	101.628	23.207	274.410	20.166	846	17.046	437.303	591.987
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	151.246	151.246	153.492
Outras obrigações	2.702	865	68.955	34	34.697	13.728	120.981	118.228
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>338</b>	<b>259</b>	<b>-</b>	<b>2.324</b>	<b>-</b>	<b>7.817</b>	<b>10.738</b>	<b>15.542</b>
Outras obrigações	338	259	-	2.324	-	7.817	10.738	15.542
<b>Total de Passivos</b>	<b>104.668</b>	<b>24.331</b>	<b>343.365</b>	<b>22.524</b>	<b>35.543</b>	<b>189.837</b>	<b>720.268</b>	<b>879.249</b>
<b>RESULTADO</b>								
<b>Receitas</b>	<b>30.356</b>	<b>3.837</b>	<b>419.445</b>	<b>2.261</b>	<b>1.553</b>	<b>49.332</b>	<b>506.784</b>	<b>381.307</b>
Serviços de telecomunicações	30.356	3.837	419.445	2.147	-	43.608	499.393	376.333
Receita financeira	-	-	-	114	1.553	5.724	7.391	899
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	4.075
<b>Custos e despesas</b>	<b>(704.683)</b>	<b>(80.560)</b>	<b>(1.816.903)</b>	<b>(89.118)</b>	<b>(89.365)</b>	<b>(51.922)</b>	<b>(2.832.551)</b>	<b>(2.876.914)</b>
Custo dos serviços prestados	(309.483)	(80.560)	(1.701.361)	(39.292)	(16)	(28.839)	(2.159.551)	(2.302.228)
Comercialização dos serviços	(364.261)	-	(115.481)	(4.809)	(106)	(10.533)	(495.190)	(486.675)
Despesas gerais e administrativas	(30.939)	-	(54)	(45.017)	(89.187)	(790)	(165.987)	(83.643)
Despesas financeiras	-	-	(7)	-	(56)	(2.818)	(2.881)	-
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	(8.942)	(8.942)	(4.368)
Contas a receber de serviços compreendem os valores a receber referentes aos serviços de telecomunicações, no qual destacamos as empresas Vivo S.A., e Terra Networks Brasil S.A., principalmente por chamadas de longa distância e com a Tiws Brasil Ltda. devido ao contrato de prestação de serviços de cessão de utilização de fibra óptica subterrânea.								
Outros ativos no Ativo Circulante e no Não Circulante são compostos por créditos junto à Telefônica Internacional S.A., Telefônica del Peru, Terra Networks Brasil S.A., Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., Telefônica Telecom Colombia, Atento Brasil S.A. e outras empresas do grupo, provenientes de serviços prestados, honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas respectivas empresas.								
Fornecedores compreendem serviços prestados principalmente pela Atento Brasil S.A. sobre os serviços de administração e suporte de centros de atendimento, Vivo S.A. sobre os serviços de interconexão e serviços de tráfego (terminal móvel), Tiws Brasil Ltda. sobre fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados, Terra Networks Brasil S.A., e serviços satelitais pela Tiws Espanha e serviço de tratamento dos sinais de TV e transmissão para satélite com Media Networks Latin. Destacamos também a prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio, logística e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.								
Outras Obrigações no Passivo Circulante e no Não Circulante são compostas principalmente de valores a pagar a título de gerência e assistência técnica para a Telefônica Internacional S.A., SP Telecomunicações Holding Ltda. e Telefônica S.A. e reembolsos a pagar para Telefônica del Peru e Vivo S.A.								
Receitas de serviços de telecomunicações compreendem principalmente os faturamentos dos serviços como Speedy e longa distância nacional com a Vivo S.A., Terra Networks Brasil S.A. e Atento Brasil S.A.								
Outras receitas operacionais compreendem principalmente a receita de infraestrutura de rede locada à Vivo S.A. e para a Atento Brasil S.A.								
O saldo de custo dos serviços prestados refere-se principalmente a despesas de interconexão e serviços de tráfego (terminal móvel), prestados pela Vivo S.A., serviços de administração de centros de atendimento prestado pela Vivo S.A., fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional pela Tiws Brasil Ltda.								
O saldo de despesas com vendas refere-se principalmente a prestação de serviços mercadológicos pela Atento Brasil S.A. e comissões pagas às operadoras de telefonia móvel com a Vivo S.A.								
O saldo de despesas gerais e administrativas refere-se principalmente a Atento Brasil S.A., e despesas de gerência e assistência técnica à Telefônica S.A.								

**MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

Antonio Carlos Valente da Silva	Presidente
José María Álvarez-Pallete López	Vice-Presidente
Mariano Sebastian de Beer	Diretor Geral de Telefonia Fixa
Guilmar Roberto Pereira Camurra	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Gustavo Fleichman	Secretário-Geral
Antonio Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Conselheiro
Fernando Abril-Martorell Hernandez	Conselheiro
Fernando Xavier Ferreira	Conselheiro
Francisco Javier de Paz Mancho	Conselheiro
Guillermo José Fernandez Vidal	Conselheiro
Iñaki Urdangarin	Conselheiro
José Fernando de Almansa Moreno-Barreda	Conselheiro
Luciano Carvalho Ventura	Conselheiro
Luis Javier Bastida Ibarquien	Conselheiro
Luiz Fernando Furlan	Conselheiro
Luis Miguel Gilperez Lopez	Conselheiro
Miguel Ángel Gutiérrez Méndez	Conselheiro
Narcís Serra Serra	Conselheiro

**REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários em 2010 foi de aproximadamente R\$13.000 (R\$13.500 em 2009). Destes montantes, R\$9.500 (R\$8.700 em 2009) correspondem a salários e benefícios e R\$3.400 (R\$4.800 em 2009) a bônus. A Telesp também pagou aproximadamente R\$7.300 (R\$2.600 em 2009) referente ao Performance Share Plan - PSP, um plano de incentivo de longo prazo.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

**29. SEGUROS**

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, inquestionavelmente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os principais ativos, demonstrações ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Importância Segurada
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	R\$24.517.535
Responsabilidade civil facultativo - veículos	R\$1.000
Seguro Garantia Anatel	R\$19.996

**30. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

A tabela a seguir descreve os planos que a companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo (1)	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA/PCE	BD	Sistel	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	TELESP	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp
PBS TELESP	BD	VisãoPrev	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp
VISÃO ASSIST	Híbrido	VisãoPrev	A. Telecom S.A.
VISÃO TELEFÔNICA EMPRESAS	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Data S.A.
VISÃO TELESP	Híbrido	VisãoPrev	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp e VisãoPrev Companhia de Previdência Complementar

(1) BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos, como contribuições definidas.

A Telesp patrocina, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS Telesp, administrado pela Visão Prev, o qual atende, aproximadamente, 0,54% dos empregados da Companhia. A Companhia participa, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel), a custo compartilhado. As contribuições para o plano PBS Telesp são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,92% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12,42% são destinados ao custeio do plano PBS Telesp e 1,5% ao plano PAMA.

Para os demais empregados da Telesp, há um plano individual de contribuição definida - o Plano de Benefícios Visão Telesp, administrado pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. O Plano Visão Telesp é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pela patrocinadora, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Telesp é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia ao plano Visão Telesp são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB - Companhia Telefônica Brasileira.

Durante o exercício de 2010, a Companhia efetuou contribuições ao Plano PBS Telesp no montante de R\$17 (R\$22 em 2009) e ao Plano Visão Telesp no montante de R\$24.788 (R\$22.861 em 2009).

A A. Telecom patrocina individualmente dois planos de contribuição definida: um semelhante ao da Telesp, o Plano de Benefícios Visão Assist, o qual atende cerca de 28% de seus empregados e outro, o Plano de Benefícios Visão A. Telecom, cujas contribuições básica e adicional da patrocinadora correspondem a 30% das contribuições básica e adicional dos participantes. As contribuições da A. Telecom para esses planos totalizaram R\$211 (R\$330 em dezembro de 2009).

A Telefônica Data S.A. patrocina individualmente um plano de contribuição definida semelhante ao da Companhia, o Plano de Benefícios Visão Telefônica Empresas. As contribuições para esse plano totalizaram R\$575 (R\$652 em dezembro de 2009).

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2010 e 2009, com base no cadastro dos participantes projetadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, para os planos administrados pela Sistel, pela Visão Prev e as informações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado e reconhecidos imediatamente os ganhos e perdas atuariais de cada exercício. Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

O passivo atuarial registrado pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é o seguinte:

Plano	2010	2009	01/01/2009
CTB	20.818	23.508	26.482
PAMA	198.182	168.419	122.288
Totais consolidados	219.000	191.927	148.770

**a. Conciliação dos ativos e passivos**

	2010				
	CTB	PAMA (i)	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	Total
Total do passivo atuarial	20.818	272.141	94.177	31.974	419.050
Valor justo dos ativos	-	73.959	111.613	121.377	306.949
Passivo (ativo) líquido	20.818	198.182	(17.436)	(89.463)	112.101
Limitador dos ativos	-	-	-	17.436	62.292
Passivo líq. reconhecido no balanço	20.818	198.182	-	-	219.000
Ativo líq. reconhecido no balanço	-	-	-	27.171	27.171

	2009				
	CTB	PAMA (i)	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	Total
Total do passivo atuarial	23.508	238.767	93.098	31.348	386.721
Valor justo dos ativos	-	70.348	108.062	110.828	289.238
Passivo (ativo) líquido	23.508	168.419	(14.964)	(79.480)	97.481
Limitador dos ativos	-	-	-	14.964	29.258
Passivo líq. reconhecido no balanço	23.508	168.419	-	-	191.927
Ativo líq. reconhecido no balanço	-	-	-	65.186	65.186

(i) Refere-se à participação proporcional da Telesp nos ativos e passivos dos planos multipatrocinados PAMA e PBS-A.

**b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado**

	2010				
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	Total
Custo do serviço corrente	-	159	78	3.663	3.900
Custo dos juros	2.148	23.038	8.803	2.865	36.854
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(6.489)	(11.334)	(11.970)	(29.793)
	2.148	16.708	(2.453)	(5.442)	10.961

	2009				
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	Total
Custo do serviço corrente	-	157	135	3.368	3.660
Custo dos juros	2.503	18.973	8.935	2.736	33.147
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(7.064)	(9.976)	(10.381)	(27.421)
	2.503	12.066	(906)	(4.277)	9.386

**c. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes**

	2010				
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	Total
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecidos imediatamente	(1.809)	13.069	(7)	(1.138)	10.115
Efeito limitador	-	-	-	2.472	47.998
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.809)	13.069	2.4		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**  
 (Em milhares de reais)

2009	Taxa de retorno espe- rada sobre ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de custos dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previenciários	Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria
PBS/Visão							
Telesp/Visão							
Assist/Visão	10,84%	PBS: 6,14% Visão: 6,79%		4,60%	N/A	N/A	Primeira idade com direito a um dos benefícios
T.Data			N/A				Primeira data na qual se torna elegível a um benefício pela Previdência Social
CTB	N/A	N/A	N/A	4,60%	N/A	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal
PAMA	9,84%	N/A	7,73%	N/A	4,00%	N/A	
PBS-A	9,86%	N/A	N/A	4,60%	N/A	N/A	

OBS.: Todas as taxas são nominais, exceto a de agravamento na utilização dos serviços médicos.

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial: 9,83%;
- Taxa de inflação: 4,60%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço + 1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade: AT83 segregada por sexo, e
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57.

**i. Rendimento esperado de longo prazo dos investimentos**

	2010	2009
Retorno esperado dos ativos dos planos		
- Instrumentos de capital	14,28%	12,49%
- Instrumentos de dívida	85,09%	87,20%
- Outros	0,63%	0,31%
	100%	100%
Retorno esperado dos ativos dos planos		
- Instrumentos de capital	15,61%	14,94%
- Instrumentos de dívida	10,82%	9,98%
- Outros	10,25%	9,83%
Total	11,50%	10,60%

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela Companhia, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo, com base nas projeções de longo prazo fornecidas pela Tendências Consultoria e dados da ANBIMA, entre outros, conforme abaixo:

- Ativos de renda variável: prêmio de inflação Mercer (empresa de consultoria atuarial);
- Títulos pré-fixados: taxa média, ponderada pelas LTN's disponíveis e portfólio do mercado de NTN-F's;
- Ativos atrelados à inflação: taxa média, ponderada pela carteira das NTN-B's e NTN-C's disponíveis no mercado;
- Títulos cambiais: taxa ponderada da SELIC pela taxa da variação cambial projetada para os próximos 10 anos;
- Ativos de renda fixa: variação da taxa média de juros nominais internos, projetada para os próximos 10 anos;
- Empréstimos a participantes: é considerada a maior taxa entre o CDI e a meta atuarial do plano;
- Imóveis: foi utilizada a meta atuarial do plano utilizada por seu administrador.

**j. Histórico dos ativos e passivos observados**

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente das obrigações	419.050	386.722	337.480	257.787	230.717
Valor justo dos ativos	306.949	289.239	253.695	232.378	199.318
Déficit	112.101	97.483	83.785	25.409	31.398
Ajuste por experiências dos passivos (%)	1,29%	7,77%	11,83%	6,87%	14,11%
Ajuste por experiência dos passivos (valores)	5.397	30.043	39.929	17.709	32.557
Ajuste por experiências dos ativos (%)	(0,44%)	(6,85%)	(3,39%)	(9,65%)	(7,42%)
Ajuste por experiência dos ativos (valores)	(1.352)	(19.826)	(8.598)	(22.428)	(14.794)

**k. Calendário de benefícios a serem pagos nos próximos exercícios**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante
Planos de pensão definida	24.986	25.758	26.547	27.372	28.237	1.069.246

**l. Considerações relevantes sobre o Plano PAMA**

O efeito de um aumento de um ponto percentual e o efeito de uma redução de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos é o seguinte:

a) +1% na taxa de crescimento nominal dos custos médicos

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais 3.815

Efeito no valor presente das obrigações 44.541

b) +1% na taxa de crescimento nominal dos custos médicos

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais (3.437)

Efeito no valor presente das obrigações (36.077)

**31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010.

	Valor Justo		Custo amortizado		Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado		Total Contábil	Total Valor Justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Investimentos mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 preço de mercado	em outros dados de mercado	Total Contábil	Total Valor Justo
<b>Ativos Financeiros</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)	-	-	1.556.715	-	-	-	1.556.715	1.556.715
Operações com derivativos	166	-	-	-	-	166	166	166
<b>Não Circulante</b>								
Participações Societárias	-	42.708	-	-	42.708	-	42.708	42.708
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 9)	-	-	-	12.884	-	-	12.884	12.884
<b>Total de Ativos Financeiros</b>	166	42.708	1.556.715	12.884	42.708	166	1.612.473	1.612.473
<b>Passivos Financeiros</b>								
<b>Circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	420.412	-	-	-	420.412	420.412
Operações com derivativos	696	-	-	9.502	-	9.502	9.502	9.502
<b>Não Circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	1.405.314	-	-	-	1.405.314	1.405.314
Operações com derivativos	-	-	-	18.542	-	18.542	18.542	18.542
<b>Total de Passivos Financeiros</b>	696	-	1.825.726	28.044	-	28.044	1.853.770	1.853.770

**Participações Societárias**

A Companhia possui participações societárias de forma direta e indireta, oriundas do processo de privatização. Tais investimentos, avaliados a valor de mercado, consideram a última cotação de 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

O quadro a seguir apresenta a composição das participações societárias a valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	% Partic.	Consolidado		
		2010	2009	01/01/2009
Portugal Telecom	0,91	-	227.702	210.431
Zon Multimídia	0,52	12.226	17.654	19.531
Outros investimentos		30.483	39.703	35.416
Total		42.709	285.059	265.378

**Política de Gestão de Riscos**

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

**a. Risco de Taxa de Câmbio**

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2010, 0,95% (0,65% em 31 de dezembro de 2009) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano). A Companhia contrata operações de derivativos (hedge cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$17.304 em 31 de dezembro de 2010 e R\$23.006 em 31 de dezembro de 2009).

Desta forma, a totalidade deste endividamento (31 de dezembro de 2010 e de 2009) era coberta por posições ativas de operações de hedge cambial com swap para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir do mês de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$ 3.380 a receber e € 37.784 a receber em 31 de dezembro de 2010) para minimizar seus riscos cambiais.

**b. Risco de Taxa de Juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as pontas passivas dos derivativos (*hedges* cambiais) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional) que vem se mantendo em 6,0% a.a. desde julho de 2007.

A Companhia investe o excesso de disponibilidade de R\$1.547.785 (R\$2.266.896 em 31 de dezembro de 2009), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI, gerando desta forma uma exposição à taxa de juros variável local (CDI). Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

**c. Risco de Aceleração de Dívidas**

Em 30 de dezembro de 2010, a Companhia possuía um único contrato de financiamento em vigor, com cláusulas restritivas (*covenants*) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas, que poderiam antecipar as exigibilidades dos passivos, foram totalmente observadas pela Companhia e todos os índices econômicos e financeiros previstos no contrato vigente foram atingidos.

**d. Risco de Crédito**

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito com as contas a receber é diversificado. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber e limita o risco de contas inadimplidas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura ou vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

Em 31 de dezembro de 2010, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de assinantes cujos registros eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Em relação ao risco de crédito da Companhia, ela representa baixo risco ao mercado com bons indicadores financeiros e operação estável, sendo classificada como "investment grade" por uma das mais bem conceituadas agências internacionais de "rating".

**Derivativos**

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, conforme política corporativa de gestão de risco. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos ("*hedged*").

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2010, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de hedge ("*hedge accounting*"), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de hedge de valor justo.

**Valores justos dos instrumentos financeiros de derivativos**

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor de mercado dos derivativos de risco cambial (quando aplicável) e instrumentos derivativos (swap cambial) foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a taxa média de cupom de 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos classificados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Indexador	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Efeito acumulado em 2010	
		2010	2009	2010	2009	Valor a receber	Valor a pagar
<b>Contratos de Derivativos</b>							
<b>Ponta Ativa</b>							
<b>Moeda estrangeira (a)</b>							
BES		19.608	26.351	17.306	23.010	-	-
Votorantim	US\$	3.155	3.155	2.654	2.718	-	-
BES		16.453	23.196	14.652	20.292	-	-
Taxa pós (b)		-	1.500.000	-	1.514.243	-	-
Banco do Brasil	CDI + Pré	-	500.000	-	504.748	-	-
Citibank	CDI + Pré	-	400.000	-	403.798	-	-
HSBC	CDI + Pré	-	400.000	-	403.798	-	-
Votorantim	CDI + Pré	-	200.000	-	201.899	-	-
Taxa pós		86.954	-	86.537	-	166	-
Banco do Brasil	CDI	51.025	-	50.647	-	-	-
Citibank	CDI	22.047	-	22.048	-	-	-
Citibank	CDI	10.012	-	9.980	-	166	-
HSBC	CDI	3.870	-	3.862	-	-	-
<b>Ponta Passiva</b>							
<b>Taxa pós (a)</b>							
BES	CDI	(19.608)	(26.351)	(44.654)	(54.681)	-	(27.348)
Votorantim	CDI	(3.155)	(3.155)	(7.185)	(6.547)	-	(4.531)
BES	CDI	(16.453)	(23.196)	(37.469)	(48.134)	-	(22.817)
Taxa pós (b)		-	(1.500.000)	-	(1.513.670)	-	-
Banco do Brasil	CDI	-	(500.000)	-	(504.543)	-	-
Citibank	CDI	-	(400.000)	-	(403.657)	-	-
HSBC	CDI	-	(400.000)	-	(403.649)	-	-
Votorantim	CDI	-	(200.000)	-	(201.821)	-	-
<b>Moeda estrangeira</b>		(86.954)	-	(87.068)	-	-	(696)
Bradesco	EUR	(51.025)	-	(51.125)	-	-	(478)
Citibank	EUR	(22.047)	-	(22.253)	-	-	(205)
Citibank	EUR	(10.012)	-	(9.814)	-	-	-
HSBC	US\$	(3.870)	-	(3.876)	-	-	(13)
Total reconhecido nas demonstrações		-	-	-	-	166	(28.044)

a) Swaps de moeda estrangeira (US\$) x CDI (R\$17.306) - operação de swap contratada com vencimentos variados até 2014, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor de mercado da dívida financeira de R\$17.304)

b) Swap percentual do CDI x moeda estrangeira (Euro e Dólar) (R\$83.192 em Euro e R\$3.876 em Dólar) - operações de swaps contratadas com vencimentos até 31 de março de 2011, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores a receber em Euro (valor contábil de R\$84.122) e em Dólar (valor contábil de R\$5.632).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de swap em 31 de dezembro de 2010:

Contratos de swap	Vencimento em					Valor a pagar/receber 31/12/2010
	2011	2012	2013	2014 em diante	em	
<b>Moeda Estrangeira x CDI</b>	<b>(8.805)</b>	<b>(7.933)</b>	<b>(7.265)</b>	<b>(3.344)</b>		<b>(27.347)</b>
BES	(4.530)	-	-	-		(4.530)
VOTORANTIM	(4.275)	(7.933)	(7.265)	(3.344)		(22.817)
<b>CDI x Moeda Estrangeira</b>	<b>(530)</b>					<b>(530)</b>
CITIBANK	(39)	-	-	-		(39)
BRADESCO	(478)	-	-	-		(478)
HSBC	(13)	-	-	-		(13)

Para fins de preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade apenas para o seu swap de moeda estrangeira x CDI de cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2010, as operações de derivativos geraram um resultado negativo consolidado de R\$2.179 (nota 25). Em 31 de dezembro de 2010, as operações de "hedge" cambial geraram um resultado negativo consolidado de R\$2.260. A Companhia liquidou em junho de 2010 suas operações de "swap" - CDI + spread x %CDI, com principal de R\$1

## DIRETORIA

**Antonio Carlos Valente da Silva**

Presidente

**Gustavo Fleichman**

Secretário Geral

**Milton Shigueo Takarada**

Contador - CRC - 1SP138816/O-8

**Mariano Sebastian de Beer**

Diretor Geral de Telefonía Fixa

**Gilmar Roberto Pereira Camurra**

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Antonio Carlos Valente da Silva**

Presidente

**José María Álvarez-Pallete López**

Vice-Presidente

**Antonio Pedro de Carvalho Viana-Baptista**

Conselheiro

**Fernando Abril-Martorell Hernandez**

Conselheiro

**Fernando Xavier Ferreira**

Conselheiro

**Francisco Javier de Paz Mancho**

Conselheiro

**Guillermo José Fernandez Vidal**

Conselheiro

**Iñaki Urdangarin**

Conselheiro

**José Fernando de Almansa Moreno-Barreda**

Conselheiro

**José Manuel Fernandez Norniella**

Conselheiro

**Luciano Carvalho Ventura**

Conselheiro

**Luis Javier Bastida Ibarguen**

Conselheiro

**Luis Miguel Gilperez Lopez**

Conselheiro

**Luiz Fernando Furlan**

Conselheiro

**Miguel Ángel Gutiérrez Méndez**

Conselheiro

**Narcís Serra Serra**

Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2011

O Conselho Fiscal da Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, em reunião realizada em 07/02/2011, cumprindo o que determina o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, tendo assistido a reunião do Conselho de Administração da Sociedade, realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, compreendendo os Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, as Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixas, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas e a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social de 2010. Com base nos exames efetuados, nas informações prestadas pela Administração e na declaração dos representantes da empresa de auditoria independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, de não

haver quaisquer ressalvas com relação aos documentos e informações apresentados, o Conselho Fiscal entende que as peças acima citadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e econômico-financeira, individual e consolidada da Companhia, estando em conformidade com as disposições legais aplicáveis. O Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente e recomenda a aprovação integral, e sem ressalvas, dos referidos documentos pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2011.

**Carlos Raimar Schoeninger**
**Flavio Stamm**
**Patrícia Maria de Arruda Franco**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP**  
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3., as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP essas práticas diferem do IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2011.


**Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S**

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Hoepfers

Contador CRC - SC021011/O-3-T-PR-S-SP